

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 2018004435

Tomada de Preços nº 002/2018

OBJETIVO: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de empreita global para recapeamento asfáltico de vias urbanas com asfalto pré-misturado á frio (PMF) em ruas e avenidas no município de Inaciolândia-GO, com área total de 37.297,69 m², conforme Anexo I do Edital, tudo de acordo com os ditames da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, com suas alterações posteriores.

Inaciolândia - Goiás, 16 de Maio de 2018.

REGIANE FRANCELINA FERREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE INACIOLÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

O MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA, Estado de Goiás, inscrito no CNPJ sob o n.º 26.923.755/0001-51, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no Departamento de Licitação e Contratos deste Município, sito à Praça Ulysses Guimarães, às **09:00** horas do dia **19 de Junho de 2018**, licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS de nº 002/2018**, em regime de empreitada por preço global, do tipo **menor preço global, contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de empreitada global para recapeamento asfáltico de vias urbanas com implantação de sinalização horizontal e vertical. Recursos provenientes do Governo Federal por meio da Caixa Econômica Federal de acordo com o contrato de repasse nº 1043.531-33/2017, com área total de 37.297,69m², tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais anexo**, e conforme os ditames da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas disposições deste Edital.

Na hipótese de não haver expediente na Prefeitura Municipal de Inaciolândia nessa data, fica a mesma, automaticamente, transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, na mesma hora e local.

O Edital e demais documentos pertinentes à licitação em apreço poderão ser examinados no site da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, no endereço www.inaciolandia.go.gov.br.

A visita ao local da obra será a partir do dia **04/06/2018 até o dia 13/06/2018, que deverá ser agendada junto a Comissão Permanente de Licitação, com antecedência mínima de 02 dias (antes da data prevista para a visita)**, realizada pelo Responsável Técnico da licitante, detentor de conhecimento técnico ou superior conforme CREA ou CAO, semelhantemente ao atestado técnico solicitado no subitem 10.4.2.

A visita será acompanhada por um Representante Técnico da Prefeitura Municipal de Inaciolândia.

Inaciolândia-GO, 30 de Maio de 2018.

REGIANE FRANCELINA FERREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE INACIOLÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2018004435

EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

Capítulo I
DATA DA LICITAÇÃO, SUPORTE LEGAL E REGIME DE CONTRATAÇÃO

- 1.1. Esta Licitação será realizada às **09:00 horas do dia 19 de Junho de 2018**, sob o regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço global e será regido pela Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, obedecendo ainda às determinações deste Edital, suas especificações e respectivos anexos.

Capítulo II
DO OBJETO, VALOR, PRAZO, CAPITAL SOCIAL E NORMAS

- 2.1. A presente licitação tem por objeto a execução dos serviços de **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de Empreitada Global para Recapeamento Asfáltico de vias urbanas com asfalto pré misturado à frio (PMF), com implantação de sinalização horizontal e vertical. Recursos provenientes do Governo Federal por meio da Caixa Econômica Federal de acordo com o contrato de repasse nº 1043.531-33/2017, com área total de 37.297,69m² no valor total estimado de R\$ 1.026.859,90 (um milhão vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos), com contrapartida do Município, tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais anexo**, e conforme os ditames da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas disposições deste Edital.
- 2.2. O prazo para início da obra é de até 10 (dez) dias corridos após a emissão da "Ordem de Serviço".
- 2.3. O prazo total previsto para a execução da obra será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" pela empresa a ser contratada.
- 2.4. A Empresa proponente deverá comprovar que possui Capital Social Realizado igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do orçamento base da Prefeitura de Inaciolândia, através da Certidão da Junta Comercial, conforme estipulado no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 2.5. A obra a ser executada deverá atender às Normas Técnicas, Especificações e métodos de Ensaio da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ou outras normas similares indicadas pela Proponente e aceitas pelo contratante que garantam, no mínimo, qualidade análoga à exigida pelas normas da ABNT.
- 2.6. Qualquer modificação, substituição de material especificado e/ou suplementação, eventualmente a ser executado pela **CONTRATADA**, dependerá de aprovação prévia do Município de Inaciolândia, passando automaticamente à propriedade do mesmo, que poderá fazer do mesmo o uso que lhe aprouver.

Capítulo III

RECURSOS FINANCEIROS

3.1. Os recursos financeiros, necessários para o referido serviço serão provenientes da dotação orçamentária:

02.0208.26.451.0590.2026 449051 – Secretaria de Obras.

Fonte de recurso 123, 127 e 100.

Capítulo IV

EDITAL E ANEXOS

4.1. O Edital juntamente com seus anexos contendo planilha orçamentária, poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, com o seguinte endereço: www.inaciolandia.go.gov.br.

Capítulo V

VALIDADE DA PROPOSTA

5.1. As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período de no mínimo 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data de sua entrega. Findo este prazo, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos.

5.2. Antes de expirar o período de validade da Proposta, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar que o licitante estenda este período de vigência por um prazo adicional.

Capítulo VI

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação:

6.1.1. Poderão participar desta licitação, empresas interessadas, que na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução do seu objeto.

6.1.2. Proponente com Capital Social no valor igual ou superior a 10% do valor do orçamento base para o qual irá concorrer. A comprovação deverá ser feita relativamente à data de apresentação da proposta, com a Certidão da Junta Comercial, na forma da lei, admitida a atualização, pela proponente, até a data da apresentação da proposta através de índices oficiais.

6.1.3. A Comissão Permanente de Licitação exigirá da (s) empresa (s) a comprovação do atendimento às exigências contidas neste **item 6.1.**

6.2. Estão impedidos(as) de participar da licitação:

6.2.1. Empresa ou firma entre cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativos ou sócios, figure quem seja servidor (efetivo ou comissionado) da Prefeitura Municipal de Inaciolândia;

6.2.2. O(s) autor(es) do projeto básico da obra, pessoa física ou empresa da qual dito autor seja dirigente, gerente, acionista ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.2.3. Empresa que não comprove sua condição de firma legalmente constituída, e não apresente, em seu contrato social, ou em seu CRC (Certificado de Registro Cadastral) a previsão da prestação dos serviços compatíveis ao objeto desta licitação;

- 6.2.4. Empresa que esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública. O impedimento poderá ocorrer em qualquer fase da licitação.
- 6.2.5. Empresa que se encontre em processo de concordata, falência, dissolução, de fusão, de cisão, de incorporação ou de liquidação;
- 6.2.6. Empresa que pretenda concorrer formando consórcio de empresas e empresas que não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

6.3. Qualquer empresa poderá participar da licitação, desde que atenda às condições exigidas no Edital.

6.3.1. Impugnação ao Edital

- a) Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação (art. 41, §1º da Lei 8.666/93), no endereço retro citado, devendo a Comissão julgar e responder a impugnação em até três dias úteis (art. 41, §1º da Lei 8.666/93).
- b) Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (art. 41, §2º da Lei 8.666/93).
- c) A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (art. 41, §3º da Lei 8.666/93).

Capítulo VII
DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE

- 7.1. Durante os trabalhos, só será permitida a manifestação do representante legal da licitante, devidamente credenciado.
- 7.2. Para se credenciarem, os representantes deverão apresentar ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no local, data e hora designada para a sessão de abertura da licitação, procuração pública, credenciamento conforme modelo nº 4 e contrato social da empresa acompanhado da cédula de identidade do representante legal, diretor ou sócio da empresa, que for acompanhar a licitação acompanhadas do original ou apresentando as fotocópias, que as mesmas sejam autenticadas por cartório competente com selo público.
 - a) Em se tratando de instrumento de procuração, este deverá ser público e assinado por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessária, durante o procedimento da Habilitação e abertura da proposta. A falta deste documento não inabilita a licitante, ficando, porém impedido o representante não credenciado de qualquer interferência perante a licitação;
 - b) Quando a empresa se fizer representar por Diretor ou Sócio, deverá o mesmo apresentar cópia autenticada da célula de identidade e o Contrato Social da empresa no original ou cópia autenticada;
 - c) As procurações, credenciamentos e as cópias das cédulas de identidade serão retidos pela Comissão Permanente de Licitação e juntadas ao processo de licitação.
- 7.3. Caso a representação se altere durante o processo de abertura e julgamento da licitação, o novo representante deverá apresentar, da mesma forma, os documentos retro relacionados.

- 7.4. A não apresentação dos documentos para credenciamento, ou a incorreção destes, não impedirá a licitante de participar da fase habilitatória, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela proponente.
- 7.5. Para usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 o licitante e/ou representante legal deverá comprovar esta condição no momento do credenciamento, apresentando declaração de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP (Modelo nº 06), assinada pelo representante legal e pelo contador da empresa; anexado também a certidão da Junta Comercial evidenciando o registro de enquadramento como ME ou EPP, conforme artigo 8º da DNRC nº 103 de 30/04/2009, com data de emissão não superior a 60 dias consecutivos, sendo que toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal deverá acompanhar seus documentos, mesmo que está presente alguma restrição, na forma da Lei Complementar n. 123/2006.
- 7.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º da Lei Complementar 123/11).
- 7.5.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do Art. 43, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação (art. 43, §2º da Lei Complementar nº 123/11), sem prejuízo das sanções previstas no Art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Capítulo VIII

DA CONDIÇÃO DA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

- 8.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta. A Prefeitura Municipal de Inaciolândia não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório.
- 8.2. A Comissão Permanente de Licitação receberá até às **09:00 horas do dia 19 de Junho de 2018**, a documentação relativa à habilitação e a proposta, que deverão ser entregues em envelopes distintos, fechados, lacrados e rubricados em todas as suas aberturas, identificados “ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” e “ENVELOPE 2 - PROPOSTA DE PREÇOS”, ambos contendo a seguinte indicação:

ENVELOPE N.º 01

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS n.º 002/2018

À Comissão Permanente de Licitação

Data e hora da abertura: 19 / 06 / 2018 às 09:00 horas

Razão Social:

Endereço completo do licitante

CNPJ.....

ENVELOPE N.º 01

PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS n.º 002/2018

À Comissão Permanente de Licitação

Data e hora da abertura: 19 / 06 / 2018 às 09:00 horas

Razão Social:

Endereço completo do licitante

CNPJ.....

- 8.3. Não serão aceitos documentos ou proposta enviada via fax, telex ou e-mail.
- 8.4. Os interessados que quiserem utilizar-se da via postal deverão encaminhar seus envelopes de documentação e proposta, dentro de um único invólucro, endereçado à Comissão Permanente de Licitação, o qual só será aceito até o horário da abertura dos trabalhos, sem qualquer violação de seu conteúdo.
- 8.5. Após o horário estabelecido neste Edital, nenhum envelope será recebido, sob nenhuma hipótese, bem como nenhum novo documento, sendo aceito somente nos casos de substituição descrito nos subitens 2.5.1.
- 8.6. O licitante deverá examinar cuidadosamente todas as instruções, condições, documentos padrão, exigências, leis, decretos, normas e especificações citados no Edital e em seus Anexos.
- 8.6.1. Cada volume (documentação e proposta) deverá estar assinado por representante legal e preferencialmente ser apresentado com todas as folhas numeradas em ordem crescente, apresentando ao final um "Termo de Encerramento", no qual se declare o número de folhas do volume.
- 8.7. Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.
- 8.8. O licitante poderá apresentar os documentos solicitados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou publicados em órgão de imprensa oficial, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Inaciolândia. Caso sejam apresentados documentos originais, os mesmos ficarão retidos no processo.
- 8.8.1. Não serão aceitos pela Comissão Permanente de Licitação, os documentos que, sendo apresentados em cópias, suas reproduções se mostrem ilegíveis.
- 8.9. Os documentos a serem autenticados pela Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados, para tal, impreterivelmente, até dois dias úteis anterior à abertura dos envelopes "DOCUMENTAÇÃO".
- 8.10. Não serão aceitos documentos ou propostas apresentadas por meio de fitas, discos magnéticos, filmes, CD-ROM ou disquetes.
- 8.11. Não serão aceitos protocolos em substituição aos documentos solicitados.
- 8.12. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento apresentado, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 8.13. A validade para os documentos apresentada será aquela constante de cada documento ou estabelecida em lei. Nos casos omissos, a Comissão Permanente de Licitação considerará como prazo de validade aceitável o de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua emissão.

Capítulo IX

DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES E FASES DO CERTAME

- 9.1. O licitante deverá apresentar, separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo anexo ao Edital, sob pena de desclassificação da proposta.
- 9.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, bem como as cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, que pretenderem se beneficiar nesta licitação do

regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme modelo anexo à Tomada de Preços, separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02.

9.2.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

9.2.2. Os licitantes acima identificados que não apresentarem a referida declaração não usufruirão do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007.

9.3. DA ABERTURA DA SESSÃO

9.3.1. No dia e horário estabelecido neste Edital, o(a) Presidente da CPL fará a abertura da sessão, recebendo primeiramente da empresa interessada, ou de seu representante, o documento para credenciamento (Anexo V), a Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação prevista no Anexo VI, apresentação dos atos constitucionais caso empresa, com fotocópia dos documentos dos sócios, procuração com firma reconhecida dando poderes para representação, fotocópia do procurador, ou sendo o parte do quadro social, apresentação de documento de identidade, juntamente com os envelopes de proposta e habilitação e comprovante de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte.

9.3.2. Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

9.4. PRIMEIRA FASE: HABILITAÇÃO

9.4.1. Encerrada o credenciamento, o(a) Presidente da CPL(a) procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação da licitante, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.

9.4.2. Após a análise das habilitações pelo(a) Presidente da CPL(a), equipe de apoio, os participantes, através de seus representantes, darão visto em todas as folhas da habilitação apresentadas.

9.4.3. Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado habilitado, vindo o mesmo estar apto a passar para a próxima fase, caso não haja interposição de recursos.

9.4.4. Em razão da peculiaridade da presente modalidade de licitação, os participantes deverão estar com suas documentação de habilitação em condições iguais as exigidas no edital para se ter validade a presente licitação.

9.4.5. Serão inabilitadas os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular ou deixar de apresentar qualquer documento exigido neste edital, conforme estabelecido neste Edital, podendo, inclusive, ser a empresa penalizada conforme os ditames da lei.

9.4.6. No caso de irregularidades com certidões negativas, os licitantes terão o prazo de 03 (três) dias para substituir tais certidões e apresentar a regularidade das mesmas, podendo ser prorrogado por igual período salvo deferimento da CPL, para assim apresentar as devidas certidões negativas regulares.

9.4.7. No caso de inabilitação de algum licitante e este não tiver condições de apresentar nova documentação conforme item anterior, fica o licitante inabilitado para a presente licitação.

9.5. SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS

9.5.1. Terminada a fase de habilitação, o(a) Presidente da CPL(a) passará para a abertura dos envelopes de propostas de preços, com a finalidade de verificar se as propostas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital,

- desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.
- 9.5.2.** Após a análise das propostas pelo(a) Presidente da CPL(a), equipe de apoio, os participantes, através de seus representantes, darão visto em todas as propostas apresentadas.
- 9.5.3.** O preço a ser considerado, para fins de proposta, será aquele relativo ao preço global da proposta.
- 9.5.4.** Durante a fase de análise de propostas, o Presidente da CPL monitorará as propostas ofertadas, de modo a desclassificar propostas inexeqüíveis ou com preço excessivo.
- 9.5.5.** Encerrada a análise e ordenadas as propostas, será considerada vencedora a empresa licitante que apresentou a menor proposta global, ressalvados os casos das MICROEMPRESAS e/ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que considerarão empatados mesmo que superior 10% (dez por cento), tendo como critério de desempate a preferência de contratação, conforme § 1º, art. 44 da Lei Complementar nº. 123/2003.
- 9.5.6.** Caso a empresa que ofertou a proposta final de menor preço seja uma empresa de grande porte, será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme item 7.5.5..
- 9.5.7.** O empate fictício citado no item anterior será considerado aquela situação em que a proposta final apresentada pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço final, situação em que será utilizado como desempate o art. 45 da Lei Complementar 123/2006.
- 9.5.8.** Terminada toda esta análise, o objeto será adjudicado em favor da proposta declarada vencedora do certame.
- 9.5.9.** O encerramento da etapa de análise de propostas dar-se-á quando, indagadas pelo Presidente da CPL, se os licitantes manifestaram seu interesse em interpor recurso pertinente e este seja declarado por todos os presentes o seu desinteresse.

Capítulo X

DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 1

- 10.1.** Deverá estar inseridos neste envelope, devidamente fechado e inviolado, denominado **Envelope Nº 1** os documentos abaixo relacionados. As folhas deverão, preferencialmente, ser do **tamanho A4** e conter um índice dos documentos com as páginas correspondentes, numeradas em ordem crescente e rubricadas por elemento credenciado da proponente, apresentando ao final um “Termo de Encerramento” no qual se declare o número de folhas do volume, também assinado pelo representante legal.
- 10.2. Quanto à Habilitação Jurídica:**
- 10.2.1.** CRC emitido pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia, em plena validade e compatível com o objeto licitado;
- 10.2.2.** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 10.2.3.** Do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 10.2.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 10.2.5.** Do Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização para

funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- 10.2.6.** Alvará de Licença ou comprovação da autorização de Funcionamento da empresa expedido pelo Órgão Competente da sede da empresa interessada expedido no ano vigente e/ou comprovante de pagamento da competente taxa.
- 10.2.7.** Documento de identidade e CPF dos sócios/proprietário da empresa.
- 10.2.8.** Procuração pública e credenciamento conforme Modelo nº 04, passada pela licitante assinada por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento licitatório. A falta deste documento não inabilita a licitante, ficando, porém impedido o representante não credenciado de qualquer interferência durante a licitação;
- 10.2.9.** Declaração expressa da licitante de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, de acordo com o Modelo nº 02 do presente Edital.

10.3. Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 10.3.1.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.3.2.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- 10.3.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, com apresentação dos seguintes documentos:
 - a)** Certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Secretaria da Receita Federal acompanhada da certidão negativa da Dívida Ativa da União, em conjunto com a Previdência Social - INSS, de acordo com a Portaria n. 358/2014 (Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), fornecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do domicílio ou sede da firma interessada, ou outra equivalente, na forma da lei, sendo filial deverá apresentar no CNPJ da Filial;
 - b)** Certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede da firma interessada, ou outra equivalente, na forma da Lei;
 - c)** Certidão negativa de débitos tributários, expedida pela Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da firma interessada, na forma da Lei;
- 10.3.4.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, com apresentação dos seguintes documentos:
 - a)** Certidão negativa de débito, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (a conjunta federal substitui);
 - b)** Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.3.5.** Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho (CNDT), expedida pelo Poder Judiciário - Justiça do Trabalho, certificando que a empresa licitante Não Consta do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

10.4. Quanto à Qualificação Técnica:

- 10.4.1.** Por momento da licitação, a empresa deverá apresentar prova de registro da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, ou Arquitetura ou Agronomia (CREA / CAO). Se a empresa licitante for inscrita ou

registrada em outra região, a certidão apresentada deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA, de acordo com o Art. 69 da Lei 5.194 de 24/12/1966 e Resolução nº 413, de 27/06/1997, do CONFEA, sendo tal procedimento simples, e solicitado no site do CREA, para segurança do Poder Público local, devendo apresentar tal visto por momento da assinatura do contrato, onde em razão da urgente necessidade, não sendo apresentado por momento da assinatura do contrato, este será desclassificado, chamando o segundo colocado de plano.

10.4.2. Capacitação técnico-profissional - em razão do vulto da licitação, da complexidade estrutural e arquitetônica da obra, bem como de acordo com as exigências que a Lei nº 8.666/93 aponta, subentende-se que o licitante possui atividade moderadamente contínua e assim então, deverá comprovar que possui na data da contratação, responsável técnico, devidamente certificado pelo CREA, seja por contrato de prestação de serviços, seja por carteira de trabalho devidamente assinada, seja pelo contrato social da empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica de execução de serviços semelhantes, pertinentes e compatíveis ao objeto da presente licitação, conforme ANEXO I. A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de **Certidão de Acervo Técnico - CAT**, emitida pelo **CREA**, em nome do (s) próprio (s) profissional (ais) de nível superior.

a) É vedada a indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico por mais de uma Empresa proponente, fato este que desqualificará todas as envolvidas;

10.4.3. Em razão da complexidade e do vulto da obra, de acordo com os abandonos de execução de obras que vem acontecendo em várias obras públicas, além da demonstração do índice de liquidez/estabilidade financeira da empresa, a empresa deverá apresentar comprovação de atestado técnico de capacidade com no mínimo 01 (um) atestado, com similaridade dos itens de maior relevância da licitação, execução, metragem, valores, itens da planilha orçamentária e quantitativos para comprovação de qualificação, aptidão e solidez. Conforme entendimento sedimentado no âmbito do STJ, não é ilegal a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional. (Agravo de Instrumento AI 70049976731 RS (TJ-RS)).

10.4.4. Comprovação de aptidão de desempenho técnico da licitante, através de atestado(s) ou certidão(ões) fornecidos por pessoa de direito público ou privado, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, como contratado principal comprovando ter executado as quantidades mínimas citadas no Anexo I - Termo de Referência.

10.4.5. Atestado de visita, conforme Modelo nº 03;

- a) A visita ao local da obra será a partir do dia **04/06/2018 até o dia 13/06/2018, que deverá ser agendada junto a Comissão Permanente de Licitação, com antecedência mínima de 02 dias (antes da data prevista para a visita)**, realizada pelo Responsável Técnico da licitante, detentor do atestado técnico solicitado no subitem 10.4.2., devendo a visita ser acompanhada por um Representante da Prefeitura Municipal de Inaciolândia.
- b) A visita técnica deverá ser procedida pelo Profissional, detentor do atestado Técnico exigido no subitem 10.4.2., sendo que tal visita poderá ser feita por qualquer profissional da área do CREA ou CAO, representante ou responsável técnico da empresa.
- c) A determinação de visita técnica se molda a necessidade do licitante analisar local da construção da obra, terreno, sua declividade ou não, análise de solo, não podendo tal licitante alegar qualquer desconhecimento, irregularidade, dificuldades na execução na área ou local de edificação da obra em questão,

em razão da obrigatoriedade da visita técnica, razão que caso alegue tais questões posteriormente a assinatura de um possível e futuro contrato, tal licitante será imposto sobre as sanções descritas neste edital, bem como na Lei 8.666/93 e correlacionadas, pois tais análises não podem sobrecarregar o poder público municipal, ficando a cargo dos possíveis interessados no certame, devendo inclusive apresentar na documentação de habilitação declaração particular da empresa que assume toda a responsabilidade executória da obra.

10.5. Quanto à Qualificação Econômico-Financeira:

10.5.1. Prova que possui, na data da apresentação da proposta, capital social mínimo no valor discriminado no ANEXO I, com a Certidão emitida pela JUCEG, ou seja mínimo 10% do valor da obra, admitindo-se a atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais, tudo em atenção ao que preconiza o parágrafo 3º do art. 31, da Lei 8.666/93.

10.5.2. Comprovação de prestação de garantia de participação, no valor de **1% do valor da obra**, sendo o valor de **R\$ 10.268,60 (dez mil duzentos e sessenta oito reais e sessenta centavos)**, em uma das modalidades descritas no capítulo específico;

10.5.3. A apresentação do **Balanco patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis**, devidamente **registrados na respectiva junta comercial**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que:

10.5.3.1. Sociedades anônimas: apresentar cópia autenticada do balanço e demonstrações contábeis e da ata de sua aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial, bem como, suas publicações no Diário Oficial e/ou Jornal de grande circulação;

10.5.3.2. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada: **apresentar cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde o balanço patrimonial e demonstrações contábeis foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e encerramento do Diário Geral, registrados na Junta Comercial ou Cartório Competente;**

10.5.3.3. Tratando-se de empresa que ainda não encerrou o seu primeiro exercício contábil, **deverá apresentar, em substituição ao item C.1, o balanço de abertura, considerando-o para fins de comprovação da boa situação financeira;**

10.5.3.4. A comprovação da boa situação financeira a ser demonstrada pela licitante deverá ser através de memorial de cálculo juntado ao balanço, considerando os dados constantes no mesmo, que, quando não existente poderá ser utilizado o Modelo de Declaração de Índice Econômico-Financeiro, de preferência, que o documento possua o carimbo, nome e assinatura e venha assinada pelo contador, constando o número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos seguintes índices:

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
SG = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC= ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

- 10.5.3.5.** A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, cujos índices deverão **ser iguais ou superiores a 1,0** (um inteiro).
- 10.5.3.6.** Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados nos índices de liquidez, e não comprovarem o capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) no mínimo, do valor total pretendido pelo licitante em sua proposta inicial, **estarão inabilitadas**.
- 10.5.3.7.** A comprovação do **capital social** deverá ser feita por uma das seguintes formas: através do **Contrato Social com capital integralizado**, através da **Certidão da Junta Comercial**, através da **Publicação Oficial** que **conste o capital registrado (quando for o caso), ou ainda, (quando for o caso), por meio de Contrato Social registrado em Cartório de Registro de Títulos**.
- 10.5.3.8.** Quando o **contrato social prevê promessa de integralização futura do capital social**, a comprovação da integralização deverá ser feita através da prova de ingresso dos recursos/bens no patrimônio da empresa (da seguinte forma: a prova do depósito em conta bancária, entrada no caixa comprovada através da escrituração do livro diário, devidamente registrado no órgão competente ou a prova de tradição dos bens (Nota Fiscal para bens móveis e Registro de Escritura em Cartório para imóveis).
- 10.5.3.9.** A comprovação do **patrimônio líquido** deverá ser feita por meio dos valores descritos no próprio **Balanco Patrimonial**.
- 10.5.3.10.** As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos descritos nos itens anteriores.
- 10.5.3.11.** Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanco de Abertura, dispensando - se a exigência de índice de liquidez.
- 10.5.4.** **Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata**, expedido pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data **não superior a 30 (trinta) dias** corridos;
- 10.5.5.** Caso a empresa esteja **cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED**, deverá apresentar a seguinte documentação:
- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
 - Balanco Patrimonial, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 787, de 19 de novembro de 2007;
 - Demonstrativo de Resultado do Exercício;
 - Termo de Autenticação do Livro Digital.
- 10.5.6.** Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, na Lei 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto n.º 3.555/2000, conforme Modelo nº 05.
- 10.5.7.** Para os documentos apresentados que foram fornecidos através da internet, não será necessária a autenticação em cartório.

10.5.8. Declaração de enquadramento como ME/EPP assinada pela Junta Comercial, ou documento equivalente da Junta Comercial.

Capítulo XI

PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 2

11.1. Deverá ser apresentado no **Envelope Nº 2**, devidamente fechado e inviolado, contendo os documentos abaixo relacionados. As folhas deverão, preferivelmente, ser do **tamanho A4** e conter um índice dos documentos com as páginas correspondentes, numeradas em ordem crescente e rubricadas por elemento credenciado da proponente, apresentando ao final um “Termo de Encerramento” no qual se declare o número de folhas do volume, também assinado pelo representante legal.

11.2. Carta Proposta de Preços

11.2.1. A carta - proposta de preços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por computador, elaborada em língua portuguesa em papel timbrado da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme modelo nº 01 sugerido em anexo, e deverá conter:

- a) razão social, endereço, telefone, fax, e o CNPJ/MF da proponente;
- b) nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
- c) data;
- d) valor global da proposta, em moeda brasileira corrente, grafado em algarismos e por extenso;
- e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de abertura da licitação.
- f) declaração de que nos preços proposto estão incluídas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, leis sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados nos projetos;
- g) Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- h) O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, apresentando dentro do envelope de proposta;

11.3. Planilha de Serviços

10.3.1. A planilha de serviços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por computador, em formulário timbrado da licitante, sem emendas, rasura ou entrelinhas, devendo conter:

- a) Razão social;
- b) Data;
- c) Deverá ser feita uma planilha;
- d) Item, discriminação do serviço, unidade, quantidade, preço unitário, total parcial e total geral;
- d.1) todos os resultados das operações aritméticas realizadas na elaboração da proposta de preços, inclusive as parciais, devem ter suas partes decimais consideradas com duas casas, utilizando-se as regras matemáticas de aproximação (arredondamento).

- e) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura na última folha e rubrica nas demais.
 - f) Os preços propostos deverão ser apresentados por item de serviços, devendo ser apresentado duas planilhas orçamentárias conforme demonstrativo neste edital, ou seja, uma planilha para o **Item 01** e outra planilha de proposta para o **Item 02** demonstrando ao final das propostas o global das duas planilhas, mas será tomado por base para julgamento o valor global da proposta para o item 01 e 02 da licitação, de acordo com os anexos disponível no site do Município e em conformidade com os projetos, as especificações e as demais peças fornecidas pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia.
- 11.3.** A proposta não poderá haver diferenciações significativas na formulação da proposta quando da apresentação da planilha de preços junto com a proposta, ou seja, esta deverá ser equânime quanto a planilha original do processo, no sentido de que não poderá o licitante apresentar preços significativamente baixos por momento do acabamento da obra e valores significativamente altos nos itens iniciais da obra, onde via de regra são os itens que mais se ganham em porcentagem de valores de lucros, haja vista o grande número de abandono de obras públicas, vindo as empresas a ganharem licitações de obras, efetuarem o início da obra e no meio das mesmas veem a abandoná-las, onde assim sendo, a apresentação da planilha orçamentária de proposta, deverá ser relativamente equânime em todos os itens da planilha.

Capítulo XII

DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇOS

- 12.1.** A apresentação da proposta de preços na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente os projetos, as especificações e demais documentos, que os comparou entre si, e que obteve as informações necessárias e satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar a sua proposta de preços, e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta de preços completa e satisfatória.
- 12.2.** Fica entendido que os projetos, as peças gráficas, as especificações e os documentos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 12.3.** Não será levada em consideração a proposta para execução parcial dos serviços, nem que contenham quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital, ou que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta de menor preço global.
- 12.4.** Fica facultado à Comissão Especial de Licitação solicitar aos licitantes a revalidação da proposta após a expiração do prazo de validade da proposta apresentada, caso seja de interesse dos mesmos.
- 12.5.** Será desclassificada a Proposta de Preços que:
- 12.5.1.** Seja incompleta, isto é, não contenha informações suficientes que permitam a perfeita identificação qualitativa e quantitativa da obra licitada;
 - 12.5.2.** Conter qualquer limitação ou condição contrastante com este Edital, ou sejam manifestamente inexecutáveis;
- 12.6.** Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.
- 12.7.** Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Capítulo XIII

RECEPÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES

- 13.1. No dia, na hora e no local fixado neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes fechados e inviolados dos Documentos de Habilitação (Envelope Nº 01) e Proposta de Preços (Envelope Nº 02).
- 13.2. Após a data e hora marcada para entrega dos Envelopes Nº 1 e Nº 2, mais nenhum será recebido.
- 13.3. Em nenhuma hipótese, será concedida prorrogação de prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos Envelopes Nº 1 e Nº 2. No entanto, o seu exclusivo critério, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar informações ou esclarecimentos complementares que julgar necessário, bem como solicitar o original de documentos da proponente, devendo esta apresentá-lo num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis seguintes ao pedido.
- 13.4. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.
- 13.5. Após a abertura dos Envelopes Nº 01 e Nº 02, toda a documentação contida nestes serão rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes dos licitantes presentes e conferidos de acordo com as exigências deste Edital. Caso a Comissão Permanente de Licitação julgar necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando nova data e horário em que comunicará sua decisão às licitantes.
- 13.6. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todos os envelopes contendo as propostas, devidamente fechados e rubricados pelos participantes, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação até que seja decidida a habilitação.
- 13.7. Será lavrada ata circunstanciada de todas as reuniões públicas da licitação, que será submetida à apreciação dos licitantes, e será onde se registrará as reclamações, impugnações e demais ocorrências, devendo ser assinada por todos os presentes.
- 13.8. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.
- 13.9. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes.

Capítulo XIV

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

- 14.1. Recolhidos os envelopes de habilitação e de proposta, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos envelopes de documentação, para verificação do seu conteúdo em confronto com as exigências deste Edital.
- 14.2. A Comissão Permanente de Licitação, ao término dos trabalhos de análise dos documentos de habilitação, emitirá parecer conclusivo, logo após consultar as licitantes sobre possíveis impugnações que venham a ser solicitadas.
- 14.3. Após conferência e rubrica, pela Comissão Permanente de Licitação, dos documentos contidos nos envelopes de habilitação, os mesmos serão também analisados e rubricados por todas as licitantes credenciadas.
- 14.4. Conferidos e rubricados, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, suspender a reunião para proceder à análise detalhada dos documentos apresentados.
- 14.5. Após análise e parecer conclusivo da Comissão Permanente de Licitação, será o resultado divulgado em sessão pública na presença dos interessados ou publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, abrindo-se o prazo recursal nos termos da Lei, ficando o processo com vista franqueada aos interessados.

- 14.6. Decorrido o prazo recursal e não tendo ocorrido interposição de recursos, ou depois de decididos os eventuais recursos interpostos, a Comissão Permanente de Licitação convocará os interessados para a sessão pública de abertura dos Envelopes Nº 2 contendo a proposta das empresas habilitadas, ocasião em que serão devolvidos aos representantes credenciados os envelopes, devidamente fechados, contendo as propostas das empresas inabilitadas, quando for o caso.
- 14.7. Caso, após o exame da documentação apresentada, se consiga chegar à mesma sessão a uma conclusão sobre o resultado da presente etapa e houver renúncia expressa por parte de todos os licitantes ao direito de impetrar recurso, poderá a Comissão Permanente de Licitação, de imediato proceder à abertura dos Envelopes Nº 2 dos licitantes habilitados, devolvendo intacto o Envelope Nº 2 aos licitantes não habilitados.
- 14.8. Não ocorrendo dita renúncia e exercendo um ou mais licitantes seu direito à interposição de recursos no prazo legal, estes terão efeito suspensivo, o que será comunicado pela Comissão Permanente de Licitação aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes.
- 14.9. Não será habilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido.
- 14.10. Qualquer documento que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão e/ou com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação.
- 14.11. Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos.
- 14.12. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, nesta, ou em qualquer outra fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 14.13. Será considerada habilitada a proponente cuja documentação atenda às exigências estabelecidas no Edital.
- 14.14. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.
- 14.15. Não havendo manifestação de interesse de interposição de recurso nesta fase, tal exposição será explicitada em ata, vindo a declarar todos os licitantes presentes acerca da dispensa do prazo para interposição de quaisquer recursos.

Capítulo XV

ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA DE PREÇOS

- 15.1. Transcorridos os prazos legais, na data fixada para a reunião de abertura dos envelopes de Proposta de Preços, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos Envelopes Nº 2 das proponentes habilitadas, lendo em voz alta o nome da proponente, o objeto, o valor global, o prazo de execução e o prazo de validade de cada proposta, que será rubricada pela Comissão e pelos representantes das proponentes presentes.
- 15.2. Na data aprazada devolverá também, às proponentes não habilitadas, os respectivos Envelopes Nº 2 fechados e inviolados. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato, o envelope Nº 2 será devolvido através dos meios convencionais, após a homologação da licitação.
- 15.3. Caso haja análise da documentação de habilitação na seção de abertura marcada do certame, estando a documentação regular, declarados habilitados quais licitantes forem, e havendo o manifesto de desinteresse/não utilização do direito de recurso administrativo frente a habilitação, poderá a critério da comissão de licitação, na mesma seção abrir os envelopes de propostas, e assim julgar de plano o vencedor da presente licitação, se todos os licitantes também manifestarem desinteresse na interposição de quaisquer recurso frente as propostas de preços.

Capítulo XVI JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

- 16.1. A Comissão Permanente de Licitação julgará e classificará a proposta de preços e elaborará um relatório de suas conclusões, o qual será encaminhado para a autoridade competente para as demais providências.
- 16.2. O critério a ser utilizado no julgamento da proposta é o de **menor preço global** para a execução da obra.
- 16.3. A proposta será classificada em ordem de valor crescente de acordo com o preço global, sendo considerada vencedora para fins de adjudicação a proposta da empresa habilitada que apresentar o **menor preço global**, incluindo a parte civil, materiais e equipamentos, assim como o transporte desses.
- 16.4. Não será levada em consideração a proposta que contiver rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas.
- 16.5. A Comissão Permanente de Licitação fará a conferência da planilha de serviços, que contém os preços unitários e as quantidades propostas. Constatado erro aritmético este serão corrigido da seguinte maneira:
- a) se houver divergência nos sub totais provenientes dos produtos de quantitativos por preço unitário, a Comissão procederá à correção dos sub totais, mantendo-se os quantitativos, através da multiplicação do quantitativo estimados na Planilha Orçamentária da Prefeitura Municipal de Inaciolândia pelos respectivos valores apresentados na Planilha Orçamentária do licitante, prevalecendo o preço total corrigido. Se a licitante não aceitar a correção, sua proposta será desclassificada, garantindo-se seu acesso à memória de cálculo da Comissão Permanente de Licitação;
- 16.6. Para fim de rejeição, comparação e classificação da proposta de preços prevalecerá o valor global corrigido, quer seja para mais ou para menos.
- 16.7. Será desclassificada a Proposta de Preços que:
- 16.7.1. Estiver elaborada em desacordo com o presente Edital, ou que proponham qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, ou que apresentem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes;
 - 16.7.2. A planilha orçamentária apresentada pela licitante deverá ser equivalente a planilha base do Município de Inaciolândia, não podendo ser demasiadamente divergente (no âmbito equitativo) da planilha base do Município, haja vista as várias ocorrências de obras abandonadas após as primeiras fases de execução, quando empresas aumentam o valor da planilha na primeira fase para se ganhar mais e após isso abandonam a obra, com grande quantidade de lucro, deixando o município em significativo prejuízo, razão que a planilha de proposta a ser apresentada pela licitante deva ser equilibrada desde o primeiro item até o ultimo, onde tal planilha proposta será analisada por comissão do Departamento de Engenharia para averiguação de tal proposta antes da homologação
 - 16.7.3. Venha a ser considerada inexecutável pela Comissão Permanente de Licitação, quando for razoável concluir que a proponente não seria capaz de executar o contrato ao preço de sua oferta, na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações
- 16.8. Ocorrendo empate no valor global entre duas ou mais propostas de preços, a Comissão Permanente de Licitação procederá ao sorteio, em sessão pública, para se conhecer a ordem de classificação, não sendo os casos estampados da Lei Complementar 123/11.
- 16.9. A Comissão de Licitações reserva-se o direito de exigir, em qualquer época ou oportunidade, os documentos ou informações complementares que julgar necessários ao perfeito entendimento e compreensão dos documentos apresentados.

- 16.10.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.11.** Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.
- 16.12.** Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitantes microempresas - ME - ou empresas de pequeno porte - EPP, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 - COOP -, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007:
- 16.12.1.** A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP/COOP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.
 - 16.12.2.** As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.
 - 16.12.2.1.** A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras desta Tomada de Preços, em sessão pública, no prazo de **03 (dias úteis)**, contados da data da Ata ou da intimação do licitante.
 - 16.12.3.** Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.
 - 16.12.4.** Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.
 - 16.12.4.1.** O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes dos licitantes empatados, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em urna fechada, da qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim retirando-se as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados.
 - 16.12.4.2.** Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.
 - 16.12.5.** Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP/COOP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, permanecerá a classificação inicial.
 - 16.12.6.** Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.12.6.1. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

16.12.6.2. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.

16.12.6.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

16.12.7. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

16.13. Não serão aceitas propostas demasiadamente em desacordo com a planilha original do certame, ou seja, uma valorização acentuada/alta nos itens iniciais da obra, e um desconto significativo nos itens de acabamento da obra, em razão dos inúmeros acontecimentos de abandonos de obras públicas pelo Brasil, absorvendo os licitantes vencedores grande valor pecuniário nos itens iniciais da obra aos quais são mais rentáveis, e deixando de lado os itens de acabamento que possuem ganhos mais apertados em uma planilha orçamentária.

Capítulo XVII

DA GARANTIA

17.1 Será exigida a prestação de garantia pela Adjudicatária, como condição para a celebração do contrato, no percentual de **1% (um por cento)** do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

17.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

17.1.2. Seguro-garantia; ou

17.1.3. Fiança bancária.

17.2 Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

17.3 Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

17.4 No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado no banco indicado pelo Município, mediante depósito identificado a crédito de **Prefeitura Municipal de Inaciolândia**.

17.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia

autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

- 17.6** A garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após a vigência contratual.
- 17.7** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 17.8** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 17.9** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, este não haverá devolução de garantia, tudo passando por procedimento administrativo de imposição de responsabilização.
- 17.10** Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

Capítulo XVIII DO CONTRATO

- 18.1.** Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Tomada de Preços, sob pena de desclassificação, sujeitando-se, ainda, às penalidades previstas em lei.
 - 18.1.1.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
- 18.2.** Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta “on line” ao SICAF e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 18.3.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista nesta Tomada de Preços.
- 18.4.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
 - 18.4.1.** Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
 - 18.4.2.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
- 18.5.** A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 18.6.** Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.
- 18.7.** O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite da lei estabelecido no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Capítulo XIX DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

- 19.2. É permitida a subcontratação parcial, nos termos do Projeto Básico, até o limite de **50% (cinquenta por cento)** do valor total do contrato, devendo ser observado o artigo 7º do Decreto nº 6.204, de 2007, acerca da possibilidade de subcontratação em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 bem como demais regras contidas nos incisos I a V do artigo 7º do referido Decreto, desde que tudo acima seja previamente autorizado pelo contratante.
- 19.3. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.
- 19.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Capítulo XX

ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 20.1. Se nenhuma irregularidade for verificada, a Comissão Permanente de Licitação, após o julgamento, adjudicará o item objeto desta licitação ao licitante vencedor e encaminhará ao Prefeito Municipal para homologação dos serviços à proponente que maiores vantagens ofereceu à administração.
- 20.2. A execução da obra dar-se-á mediante termo de contrato de empreitada, a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Inaciolândia e a proponente vencedora da licitação, após a homologação da licitação.
- 20.4. É facultado à Prefeitura Municipal de Inaciolândia, quando a convocada não assinar o termo de contrato de empreitada no prazo e nas condições estabelecidas, convocar a segunda classificada, e, não o fazendo, convocar a terceira classificada e assim sucessivamente até se efetivar a formalização do termo de contrato de empreitada, ou revogar a licitação independente das penalidades previstas no presente Edital.
- 20.5. Até a assinatura do termo de contrato de empreitada, a Prefeitura Municipal de Inaciolândia poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, desde que haja conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis,

Capítulo XXI

RECURSOS

- 21.1. É facultado a qualquer proponente formular reclamações e impugnações no transcurso das sessões públicas da licitação, que deverão constar nas atas dos trabalhos.
- 21.2. Os recursos, cabíveis nos termos do inciso I do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, serão interpostos, por escrito, e encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, via Protocolo Administrativo na sede desta Prefeitura, não sendo permitido recursos por meio de e-mail's, fax ou similares.
- 21.3. Interposto recurso, abrir-se-á vista do mesmo aos licitantes, pelo prazo legal, nos termos do § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93. Impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação o apreciará e decidirá pela manutenção ou reforma do ato recorrido.

Capítulo XXII PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 22.1.** O prazo total previsto para a execução da obra será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" pela empresa a ser contratada.
- 22.2.** Novamente, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite da lei estabelecido no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Capítulo XXIII DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

- 23.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do Contrato, bem como nesta Tomada de Preços e seus Anexos e na proposta apresentada além de:

23.1.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1.2.** Uma vez notificada de que o Município efetivará a contratação, o licitante vencedor deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XVII deste certame.
- 23.1.3.** As obrigações serão as mesmas descritas no Anexo I do referido Edital, as demais a que estará sujeita a contratada estão consignadas na minuta do contrato anexo deste edital e que dele faz parte integrante, independentemente de sua transcrição.
- 23.1.4.** A contratada deverá iniciar a execuções dos serviços aqui licitados de forma imediata com prazo de até 2 (dois) dias da assinatura do contrato, haja vista a necessidade pública, ou seja, a entrega deverá ser imediata, ininterrupta e constante sempre que houve a emissão de cada medição em cada período do cronograma físico-financeiro para execução do respectivo item, haja vista a necessidade de cada secretaria, sob pena de rescisão de contrato e declaração de inidoneidade.
- 23.1.5.** O contratado se compromete a substituir, às suas expensas, no prazo de 03 (três) dias úteis, após notificação formal, os **itens** executados em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;
- 23.1.6.** O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;
- 23.1.7.** A adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;
- 23.1.8.** A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes, ficando atrelados ao limite da licitação.
- 23.1.9.** Se a licitante vencedora recusar-se a retirar/assinar o contrato, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas neste Edital e chamamento imediato do segundo colocado em razão da urgência dos serviços aqui licitados.
- 23.1.10.** E ainda:

- 23.1.10.1. É obrigação de a **CONTRATADA** executar a obra e os serviços, obedecendo às especificações, itens, subitens, elementos, projetos, desenhos, detalhes, instruções fornecidas pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia e condições gerais e específicas do Processo Administrativo 2018004435.
- 23.1.10.2. Constitui obrigações de a **CONTRATADA** providenciar as instalações de canteiro, as instalações provisórias de energia elétrica, de água, esgotos e de comunicação necessárias à execução das obras, bem como os testes dos equipamentos por ela instalados.
- 23.1.10.3. A **CONTRATADA** deverá instalar manter e operar o canteiro de obras, procederem à desmontagem de todas as construções provisórias ao final das obras e/ou serviços e entregá-las a **CONTRATANTE**, bem como executar a limpeza e remoção de todo o material que esta julgar indesejável.
- 23.1.10.4. A **CONTRATADA** se obriga a reforçar o seu parque de equipamentos, quando necessária para recuperação de atraso existente, ou quando constatada a sua inadequação, e, ainda, a substituí-lo por defeitos ou más condições de operações, não importando tais procedimentos em ônus para a **CONTRATANTE**.
- 23.1.10.5. Eventuais anormalidades que a **CONTRATADA** apure terem ocorrido no projeto, na execução das obras e/ou serviços e que possam comprometer a sua qualidade, deverão ser comunicadas por escrito à **CONTRATANTE**, sem prejuízo de sua responsabilidade.
- 23.1.10.6. Nenhuma alteração das especificações de materiais e/ou serviços poderá ser feita sem a prévia aprovação, por escrito, da **CONTRATANTE**.
- 23.1.10.7. A **CONTRATADA** responderá, obrigatoriamente, entre outros, por todos os encargos referentes a direitos autorais sobre projetos, desenhos, processos construtivos e patentes sujeitas a "royalties" ou outros encargos semelhantes, por ela usados durante o desenvolvimento dos trabalhos.
- 23.1.10.8. O pessoal alocado pela **CONTRATADA** para prover os seus serviços deverá ser adequado e capacitado, em todos os níveis de trabalho.
- 23.1.10.9. A **CONTRATADA**, como única empregadora do seu pessoal, se compromete a segurá-lo contra riscos de acidentes de trabalho e a observar rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas e de previdência ou correlatas, em vigor no país, sendo a única responsável pelas infrações que o seu pessoal cometer.
- 23.1.11. A **CONTRATADA** se obriga, também, a:
 - 23.1.11.1. Providenciar a instalação de placas exigidas por lei, alusivas ao responsável técnico, e nas demais placas porventura exigidas, fazer constar o nome das entidades co-financiadoras da obra;
 - 23.1.11.2. Executar todas as obras com as devidas precauções, objetivando evitar danos a terceiros, bem como à obra e serviços em execução;

- 23.1.11.3.** A **CONTRATADA** deverá ter no seu quadro de pessoal, no mínimo, um técnico de segurança do trabalho, para que fiscalize e faça cumprir, diariamente, o que dispõe a Lei federal nº 6.514/77, NR-4, inclusive o Quadro 2;
- 23.1.11.4.** Fica reservado à **CONTRATANTE** o direito de embargar e interditar a obra/serviços, caso a **CONTRATADA** descumpra as exigências contidas na Lei federal nº 6.514/77, ficando esta sujeita às multas provenientes de quaisquer autuações, sendo a **CONTRATADA** a única responsável civil e penalmente pelo descumprimento de tais normas.
- 23.1.11.5.** Fazer obedecer às exigências do item 16. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, deste processo administrativo.
- 23.1.11.6.** A **CONTRATADA** se compromete a ressarcir os danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** e às pessoas e bens de terceiros, ainda que ocasionados por ação ou omissão do seu pessoal ou de prepostos.
- 23.1.11.7.** Cabe exclusivamente à **CONTRATADA** responsabilizar-se, civil e tecnicamente, pelas obras e serviços decorrentes deste contrato, perante a **CONTRATANTE** e a terceiros, abrangendo erros, omissões, negligência, imperícia e imprudência cometidos por seus empregados e/ou prepostos, na forma do que dispõe o Código Civil Brasileiro.
- 23.1.11.8.** Caberá ainda à **CONTRATADA** o fornecimento e a manutenção de um Diário de Obras, permanentemente disponível e atualizado, no local, para lançamento. Serão obrigatórios, dentre outros, os seguintes registros:
- 23.1.11.9.** É responsabilidade de mesma, **CONTRATADA**, previsão de ocorrência de possibilidade de condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos, falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência, consultas à fiscalização da **CONTRATANTE**, datas de conclusão das etapas caracterizadas no cronograma aprovado, acidentes ocorridos, respostas às interpelações da fiscalização, eventual escassez de material que dificulte a execução das obras e serviços etc.;
- 23.1.11.10.** A se responsabilizar-se por todo e qualquer ato ocorrido concernente a execução da obra aqui licitada e contratada, inclusive sendo responsável por qualquer acontecimento no âmbito civil ou criminal.
- 23.1.12. PELA FISCALIZAÇÃO:** juízo formado sobre o andamento das obras e serviços, tudo em função do cumprimento do projeto, especificações e prazos, observações sobre os lançamentos da **CONTRATADA**, solução às suas consultas, restrições que lhes pareçam cabíveis quanto ao andamento das obras e o desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e equipes, etc.
- 23.1.13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**
- 23.1.13.1.** A **CONTRATANTE** deverá prestar à **CONTRATADA** todas as informações julgadas necessárias, quando solicitadas por escrito, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos.
- 23.1.13.2.** Efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue

atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, através de transferência bancária, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da contratada.

Capítulo XXIV

PENALIDADES

24.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

24.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) Cancelamento do preço contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até dois anos.

24.1.1.1. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

24.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) Rescisão unilateral do contrato após o trigésimo dia de atraso.

24.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) Advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 24.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

24.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até dois anos e descredenciamento do Registro Cadastral da

ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.

24.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

24.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 24.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

24.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

24.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

24.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

Capítulo XXV

FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

25.1. A fiscalização da execução da obra será feita por elemento ou empresa devidamente designada pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia, com responsabilidades específicas e de conformidade com o contrato além das condições relacionadas neste capítulo.

25.2. A contratada deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pela **CONTRATANTE**:

- a) Inspeccionem a qualquer tempo a execução da obra e/ou serviços;
- b) Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

25.3. A contratada deverá manter em todos os locais de serviços um perfeito sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

25.4. A contratada deve manter no canteiro de obras, um projeto completo da obra, o qual deverá ficar reservado para o manuseio da fiscalização.

25.5. A contratada deve manter no local da obra o boletim diário de ocorrências, o qual, diariamente, deverá ser preenchido pelo encarregado da contratada e rubricado pela fiscalização.

25.6. Caso a contratada não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou pagamento direto, inclusive podendo ficar suspensa de firmar contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos com a Prefeitura Municipal de Inaciolândia, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes. Estas sanções serão aplicadas sem prejuízo de outras previstas no Art.87 da Lei Federal Nº 8.666/93.

25.7. Assim que a execução da obra for concluída de conformidade com o contrato, será emitido **Termo de Recebimento Provisório**, o qual será o único comprovante da execução da obra, e será assinado pela fiscalização.

25.8. Após o prazo de 30 (trinta) dias corridos do recebimento provisório será procedido o recebimento definitivo, através de comissão especificamente designada pela contratante,

ocasião em que será lavrado **Termo de Recebimento Definitivo**. Durante esse período, a contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento do que foi por ela executado. Qualquer falha construtiva deverá ser prontamente reparada pela contratada, estando esta sujeita, ainda, às sanções indicadas no **Capítulo XIX - PENALIDADES**.

Capítulo XXVI

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 26.1.** A contratada deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual - EPI.
- 26.2.** A contratada deverá treinar e tornar obrigatório o uso do EPI.
- 26.3.** A contratada, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal Nº 6.514 de 22/12/77, Portaria Nº 3.214 de 08/06/78, Normas Regulamentares - NR 01 a 28 e em especial as NR 04 a 06 e 18.
- 26.4.** Cabe à contratada solicitar à contratante a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidentes na obra e/ou nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.
- 26.5.** A contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.
- 26.6.** Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio da contratante e de outrem, e aos materiais envolvidos na obra e/ou serviços, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NR aprovadas pela Portaria Nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal Nº 6.514, de 22/12/77.
- 26.7.** Somente está autorizada a executar obras e/ou serviços para a contratante a contratada que possuir profissionais qualificados e que estejam instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas; portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos previstos, os sistemas de proteção individual e coletiva e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.
- 26.8.** A contratante atuará objetivando o total cumprimento das normas, conforme contido nos itens acima, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não cumprimento das exigências da Lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na obra e/ou serviços.
- 26.9.** A contratada deverá de imediato, providenciar o atendimento das exigências da contratante. Para casos específicos em que a fiscalização conceder prazo de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento das exigências, as prorrogações dos referidos prazos não poderão ultrapassar 15 (quinze) dias para o atendimento completo.
- 26.10.** Esgotado o prazo descrito no item anterior, a contratante poderá promover as medidas que forem necessárias, cobrando da contratada as despesas daí decorrentes, sem prejuízo de outras penalidades previstas no termo de contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.
- 26.11.** A contratada deverá ter no canteiro de obras cartão de ponto ou similar que comprove o horário de atividades dos funcionários contratadas pela mesma, bem como deverá existir também refeitório adequado com as normas trabalhistas, e ainda deverá haver banheiro adequado para os ditos funcionários além de água potável para beber durante a execução dos serviços, sendo que a falta destes quesitos poderão incorrer nas penalidades previstas no termo de contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.

Capítulo XXVII

MATERIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

- 27.1. Todos os materiais, máquinas, equipamentos e mão de obra que serão utilizados na obra deverão ser de responsabilidade da contratada e todos os custos de aquisição, de transporte, de armazenamento ou de utilização deverão estar incluídos nos preços unitários propostos.
- 27.2. A responsabilidade pelo fornecimento, em tempo hábil, dos materiais, máquinas e equipamentos será exclusivamente da contratada. Ela não poderá solicitar prorrogação do prazo de execução, nem justificar retardamento na conclusão da obra e/ou serviços em decorrência do fornecimento deficiente dos mesmos.

Capítulo XXVIII

PAGAMENTO

- 28.1. O Município de Inaciolândia efetuará à contratada os pagamentos dos desembolsos, nas condições e prazos estipulados no contrato e de acordo com as medições efetuadas pela contratante, principalmente pelo repasse efetuado pelo Governo Federal de acordo com as medições e análises da Caixa Econômica Federal;
- 28.2. O faturamento deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:
- a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com a medição efetuada, número da licitação, número do Contrato de Empreitada e outros dados que julgar convenientes, sem rasuras e/ou entrelinhas;
 - b) atestado de medição e aceitação dos serviços concluídos, emitidos pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Inaciolândia;
 - c) cópia da matrícula - **CEI** - Cadastro Específico Individual - da obra junto ao **INSS**;
 - d) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social-GRPS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a obra;
 - e) cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a obra;
 - f) Se a contratada for optante pelo **SIMPLES** - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte deverá apresentar as cópias do Termo de Opção, do DARF-SIMPLES e da GPS com o número do CEI da obra.
 - g) a liberação da primeira parcela fica ainda condicionada à quitação junto ao:
 - (d1) CREA, através da ART;
 - (d2) INSS, através de matrícula da obra (CEI); e
 - (d3) FGTS/CAIXA, através do CRS.
 - h) o pagamento será efetuado por medição de etapas, concluindo cada fase em sua totalidade (toda fundação, toda a cobertura) o pagamento será efetuado e liberado.
- 28.3. O pagamentos correspondentes às medições efetuadas, se dará em moeda brasileira corrente em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, devidamente atestadas e protocoladas, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas, sendo que tal prazo somente começará a correr mediante a existência de toda a documentação completa devidamente protocolada anexada ao processo de pagamento junto a respectiva Nota Fiscal e Boletim de Medição.
- 28.4. A fiscalização precederá às medições mensais baseadas nos serviços realizados, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

- 28.4.1.** A primeira medição ocorrerá no último dia do mês em que for expedida a Ordem de Serviço. As medições subsequentes deverão ocorrer entre os dias 25 a 30 de cada mês.
- 28.4.2.** No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.
- 28.4.3.** A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 28.4.4.** Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.
- 28.5.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos nesta Tomada de Preços.
- 28.6.** O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados,

Capítulo XXIX

REAJUSTE DE PREÇOS

- 29.1.** A parcela dos preços contratuais em moeda corrente brasileira poderá ser reajustável com periodicidade anual, tomando-se por base a data de apresentação da proposta.
- 29.2.** Após o prazo previsto no item 26.2, ou seja, após 12 meses, as parcelas remanescentes serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor de reajustamento
I₁ = Índice do 12º mês após a apresentação da proposta
I₀ = Índice do mês de apresentação da proposta
V = Valor da obra e/ou serviços realizados a preços iniciais

- 29.3.** Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.
- 29.4.** Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados, no prazo contratual da obra e/ou serviços.
- 29.5.** As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alterada, caso ocorra à superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.
- 29.6.** Os preços são fixos, autorizando o reajuste somente em casos excepcionais devidamente comprovados.
- 29.7.** O índice de reajuste será o **INCC**.

Capítulo XXX

DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 30.1.** O contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia, no todo ou em parte de pleno direito, em qualquer tempo, isento de quaisquer ônus ou

responsabilidade, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, em razão da inexecução total ou parcial do contrato ou ainda por razões de interesse público, de alta relevância de conformidade com os Artigos 77 à 79, seção V, da Lei Federal nº.8.666/93, sem qualquer espécie de indenização à contratada, quando se verificar:

- 30.1.1.** O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos, bem como de obrigações previstas na legislação que rege o presente;
- 30.1.2.** A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura Municipal de Inaciolândia;
- 30.1.3.** A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão, sub-rogação ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da contratante;
- 30.1.4.** Falência, concordata ou dissolução da CONTRATADA;
- 30.1.5.** Manifesta irresponsabilidade por parte da Contratada de cumprir com as obrigações assumidas;
- 30.1.6.** Procedimento irregular da Contratada, que venha causar transtornos ou prejuízos para a Prefeitura Municipal de Inaciolândia e/ou terceiros;
- 30.1.7.** Atraso e/ou interrupção, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia, superior a 30 (trinta) dias corridos, com relação ao prazo total para a conclusão da obra e/ou serviços, não sendo o caso de prorrogação por meio de termo aditivo devidamente fundamentado;
- 30.1.8.** O não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à CONTRATADA;
- 30.1.9.** Descumprimento, pela CONTRATADA, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Inaciolândia;
- 30.1.10.** Inobservância dos projetos e especificações e/ou normas técnicas aprovadas pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia;
- 30.1.11.** Utilização deste contrato, para qualquer operação financeira sem a prévia autorização da Prefeitura Municipal de Inaciolândia;
- 30.1.12.** Outros, conforme previsto no art. 78, da Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas ulteriores modificações;
- 30.2.** A rescisão do contrato unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia, fundamentada no artigo 78 da lei 8.666/93, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:
 - 30.2.1.** Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
 - 30.2.2.** Responsabilização da Contratada por prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Inaciolândia.
- 30.3.** No caso de rescisão por parte da Contratada deverá esta notificar à Prefeitura Municipal de Inaciolândia num prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter concordância da Prefeitura.
- 30.4.** O contrato poderá também ser rescindido por mútuo acordo, desde que haja interesse público e conveniência para a Administração, ficando assegurado à contratada o pagamento do valor dos serviços executados até a data da rescisão.
- 30.5.** Declarada à rescisão, seja amigável ou judicial, será elaborada num prazo de 10 (dez) dias um inventário relacionando tudo o que estiver no canteiro de obras, indicando seus respectivos proprietários, o qual servirá de base para os possíveis ajustes na liquidação dos interesses das partes contratantes.
- 30.6.** No caso de rescisão unilateral em razão da necessidade ou interesse público, está notificará a contratada com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias acerca da necessidade e decretação da rescisão ocorrendo sem qualquer direito a indenização.

- 30.7.** A rescisão ocorrendo por culpa da contratada, incorrerá nas sanções e penalidades descritas da Lei Federal nº.8.666/93, Capítulo IV, Seção I, art.ºs 81 à 108, bem como nas estabelecidas no Edital de Licitações e neste contrato, incorrendo ainda na referida declaração de inidoneidade estampada da lei, com prazos de proibição para contratar com o poder público pelo prazo de lei.

Capítulo XXXI

DISPOSIÇÕES GERAIS

- 31.1.** A Prefeitura Municipal de Inaciolândia se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que as mesmas não atendam às condições estabelecidas neste Edital, sem que caiba às proponentes, a qualquer tempo, o direito de qualquer reclamação ou indenização, seja de que natureza for.
- 31.2.** A Prefeitura Municipal de Inaciolândia poderá declarar a licitação fracassada, quando nenhuma da proposta de preços satisfizer o objeto e/ou o projeto e/ou as especificações e evidenciar que tenha havido falta de competição e/ou conluio.
- 31.3.** A participação nesta licitação implica em pleno conhecimento e aceitação integral e irretratável dos termos do seu Edital, assim como de sujeição às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 31.4.** Outras informações e esclarecimentos relativos ao contido no Edital poderão ser solicitados, por escrito, junto à Comissão Permanente de Licitação, até 05 (cinco) dias corridos antes da data fixada para entrega dos Envelopes Nº 1 e 2. As respostas serão enviadas por escrito, igualmente, a todas as proponentes, sem identificar a consulente, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos que antecedem o recebimento dos Envelopes retro citados.
- 31.5.** Fica estabelecido que toda ou qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores do Órgão licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações e reivindicações por parte das proponentes.
- 31.6.** A Prefeitura Municipal de Inaciolândia se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da obra mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos efetivamente executados, através de medição dos serviços e dos materiais existentes no local da obra.
- 31.7.** A critério exclusivo e mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, poderá a Contratada durante a execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes dos serviços, devendo no caso, os ajustes de subcontratações serem aprovados pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia. A Contratada, entretanto, será responsável perante a Prefeitura pelos serviços dos subcontratados, podendo, no caso de culpa destes, rescindir os respectivos ajustes.
- 31.8.** A contratada não poderá ceder o contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e expressa da Prefeitura Municipal de Inaciolândia.
- 31.9.** A licitante contratada deverá, obrigatoriamente, colocar, em até 15 (quinze) dias corridos após o início da obra, a placa da obra conforme modelo fornecido pela contratante, sob pena de multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratual, por dia de atraso na sua colocação.
- 31.10.** Caberá à contratada o pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA ou qualquer entidade em decorrência da execução do contrato.
- 31.11.** Fica estabelecido que a Contratada deverá, às suas expensas, providenciar todo e qualquer controle tecnológico necessário à execução do(s) Projeto(s), objeto da Licitação.

- 31.12.** A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 31.13.** A empresa licitante que vier a ser contratada deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, a seguinte documentação:
- a)** prova do registro do contrato junto ao CREA, bem como cópia da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com a relação do(s) nome(s) e registro(s) do(s) profissional(is) que acompanhará(ão) a execução da obra;
- 31.14.** Caso haja necessidade da substituição do engenheiro indicado como responsável técnico pela obra objeto desta licitação, no decorrer da execução do contrato, a aceitação do substituto ficará condicionada à comprovação da capacidade técnico-profissional deste, nos termos do item 9.4 deste Edital, devendo ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e somente será efetivada após a aprovação pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia.
- 31.15.** A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar à contratante ou a terceiros, por si ou seus representantes, na execução da obra e/ou serviços contratados, ficando isenta a contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- 31.16.** A contratada deverá atender ao que dispõe o Art. 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII.
- 31.17.** A contratada deverá atender às determinações de fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, e prestar toda assistência e colaboração necessária.
- 31.18.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 31.19.** Caso nas datas previstas para a realização de eventos da presente licitação não haja expediente na Prefeitura Municipal de Inaciolândia, aqueles eventos serão automaticamente transferidos para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.
- 31.20.** A Contratada fornecerá no local da obra, funcionários devidamente uniformizados e com identificação da empresa.

Capítulo XXXII

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 32.1.** O representante credenciado da licitante presente ao ato de abertura dos envelopes será considerado como investido de amplos poderes para tomar quaisquer decisões, em caráter irrecorrível, sobre a licitação, inclusive quanto à desistência de interposição de recursos.
- 32.2.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na obra, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.
- 32.3.** Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.
- 32.4.** Conforme o art. 111 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, todos os direitos autorais relativos a estudos e projetos eventualmente desenvolvidos pela contratada durante a execução do objeto contratual, serão cedidos a contratante, podendo esta reutilizá-los gratuitamente em outros empreendimentos de sua responsabilidade, mediante informação escrita ao(s) autor (es) do projeto ou estudo.
- 32.5.** Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a Tomada de Preços e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

- 32.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 32.7.** A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas nesta Tomada de Preços e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 32.8.** Qualquer modificação na Tomada de Preços exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 32.9.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.
- 32.10.** É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 32.11.** A adjudicação ou homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 32.12.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 32.13.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 32.14.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 32.15.** Em caso de divergência entre disposição da Tomada de Preços e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão da Tomada de Preços.
- 32.16.** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificação.
- 32.17.** Nenhuma indenização será devida a licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.
- 32.18.** A Tomada de Preços e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Praça Ulysses Guimarães, Bairro José Inácio, fone/fax (64) 3435-8004, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.
- 32.19.** Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço Praça Ulysses Guimarães, Bairro José Inácio, fone/fax (64) 3435-8004, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.
- 32.20.** Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra da Tomada de Preços e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 32.21.** Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

Capítulo XXXIII **FORO**

- 33.1.** A interpretação dos termos do contrato de empreitada decorrente deste Edital será regida pelas leis brasileiras, cujo Foro eleito é o da Comarca da cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás que terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante do contrato, inclusive execução de eventuais arbitramentos feito, constituído assim, o foro de eleição, prevalecendo sobre outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Capítulo XXXIV **ELEMENTOS INSTRUTORES**

- 34.1.** Fazem parte integrante deste Edital os seguintes elementos anexos:

- MODELO Nº 01: Carta Proposta de Preços;
- MODELO Nº 02: Declaração de inexistência de fato impeditivo;
- MODELO Nº 03: Atestado de Visita;
- MODELO Nº 04: Credenciamento;
- MODELO Nº 05: Declaração de atendimento ao inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;
- MODELO Nº 06: Declaração da condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP;
- MODELO Nº 07: Termo de aquisição, ciência e aceitação das condições para participação do presente processo;
- MODELO Nº 08: Termo Declaração de índice econômico-financeiro
- MODELO Nº 09: Declaração de Ciência do Termo de Referência

- ANEXO I: Termo de Referência;
- ANEXO II: Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma e Elementos Gráficos (Projeto);
- ANEXO III: Minuta de Contrato.

Inaciolândia-GO, 28 de Maio de 2018.

REGIANE FRANCELINA FERREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

MODELOS E ANEXOS

MODELO Nº 01

.....timbre ou identificação do licitante.....

(razão social, endereço, telefone/fax e CGC/MF)

MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

(Local e Data)

À
Prefeitura Municipal de Inaciolândia
At. da Comissão Permanente de Licitação
Inaciolândia - Goiás

Ref.: Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 002/2018

Prezados Senhores,

..... (nome da proponente)....., com endereço à, telefone, CNPJ nº vem pela presente submeter à apreciação de V^a. S^{as}. a proposta de preços para execução da obra objeto do(s) lote(s)da licitação em epígrafe, cabendo esclarecer que :

1) O preço por execução de obra:

Item	Discriminação	Valor Total
01	Empreitada Global para recapeamento asfáltico de vias urbanas com implantação de sinalização horizontal e vertical da cidade de Inaciolândia, com área total de 37.297,69m ² , tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais anexo.	
Total Global dos Itens		

OBS.: Apresentar preços e planilhas orçamentárias detalhadas e Cronograma Físico de acordo com os anexos a este Edital.

- O nosso prazo para a execução da obra será de ____ (_____) dias corridos a partir da data de emissão da Ordem de Serviços emitida pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia.
- O prazo de validade desta proposta é de ____ (_____) dias corridos.
- Nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas com materiais, equipamentos, ferramentas, transportes, controle tecnológico de qualidade, cumprimento de exigências dos Órgãos de Meio-Ambiente, seguros em geral, mão-de-obra, encargos de legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, infortúnio de trabalho, administração, lucro e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas incidentes sobre os serviços.

Atenciosamente,

(nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)

MODELO Nº 02

.....timbre ou identificação do licitante.....

(razão social, endereço, telefone/fax e CGC/MF)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES
IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

À
Prefeitura Municipal de Inaciolândia
At. da Comissão Permanente de Licitação
Inaciolândia - Goiás

Ref.: Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 002/2018

O signatário da presente, em nome da proponente,, declara, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 2, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subseqüentes..

(Local e Data)

(nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade, número e órgão emissor)

MODELO Nº 03

ATESTADO DE VISITA

Ref. : **TOMADA DE PREÇOS nº 002/2018**

Objeto : **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de empreitada global para recapeamento asfáltico de vias urbanas com implantação de sinalização horizontal e vertical. Recursos provenientes do Governo Federal por meio da Caixa Econômica Federal de acordo com o contrato de repasse nº 1043.531-33/2017, com área total de 37.297,69m², tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais anexo.**

Declaramos que o (a) Engenheiro (a),inscrito (a) no CREA-..... sob nº, na qualidade de responsável técnico (a) e devidamente credenciado pela empresa proponente, inscrita no CNPJ/MF sob nº, visitou o(s) local(is) da execução da obra de construção de, objeto da TOMADA DE PREÇOS em epígrafe.

(Local e Data)

(nome e assinatura do responsável pelo licitador)

(nome e assinatura do engenheiro da proponente)

MODELO Nº 04

.....timbre ou identificação do licitante.....

(razão social, endereço, telefone/fax e CGC/MF)

MODELO DE CREDENCIAMENTO

(Local e Data)

À Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 002/2018

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, portador da cédula de identidade RG nº, emitida por, na qualidade de responsável legal pela empresa, CNPJ nº, vem pela presente, informar a V^{as} S^{as} que o senhor....., portador da cédula de identidade RG nº, emitida por, CPF nº, é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, bem como assinar atas e demais documentos a que se referir a licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

(nome e assinatura do responsável legal)
(cédula de identidade, número e órgão emissor)

MODELO Nº 05

.....timbre ou identificação do licitante.....

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Ref.: TOMADA DE PREÇOS nº 002/2018

....., inscrito no CNPJ Nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº.....DECLARA, para fins do dispositivo no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.66 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(local e data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

MODELO Nº 06

.....timbre ou identificação do licitante.....

**DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA - ME OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE - EPP**

Ref.: TOMADA DE PREÇOS nº 002/2018.

.....,inscrito no CNPJ Nº,por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº.....DECLARA, para os devidos fins e a quem possa interessar que **atendo a condição de microempresa - ME ou de empresa de pequeno porte - EPP, para fins do tratamento diferenciado de que trata a LC nº 123/06** e não me encaixo nas restrições estabelecidas nos incisos do § 4º do art. 3º da citada Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente das penalidades legais de natureza administrativa, civil e penal a que estou sujeito em caso de falso conteúdo das declarações prestadas.

.....
(local e data)

.....
(representante legal)

.....
(contador - CRC)

MODELO Nº 07

.....timbre ou identificação do licitante.....

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

TERMO DE AQUISIÇÃO, CIÊNCIA E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO

O licitante abaixo **declara ter adquirido** cópia do edital e anexos do Processo Licitatório para participar da licitação abaixo nas formas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Agosto de 1993.

Declara ainda ter ciência de todas as prerrogativas do presente Edital e **declara** conhecimento de todas as documentações, exigências e condições para participação no presente certame.

Empresa : _____
CNPJ : _____
Endereço : _____
Cidade : _____

Modalidade: **TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018**

Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de empreitada global para recapeamento asfáltico de vias urbanas com implantação de sinalização horizontal e vertical. Recursos provenientes do Governo Federal por meio da Caixa Econômica Federal de acordo com o contrato de repasse nº 1043.531-33/2017, com área total de 37.297,69m², tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais anexo.

Recurso:
02.0208.26.451.0590.2026 – 449051 (Secretaria de Obras)
Fontes de recurso 123, 127 e 100.

(Local e Data)

ASSINATURA
Carimbo da Empresa

MODELO Nº 08
.....timbre ou identificação do licitante.....

DECLARAÇÃO DE ÍNDICE ECONÔMICO-FINANCEIRO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018.

A empresa _____, inscrita no CNPJ
(M.F.) sob o nº _____, sediada à
Rua/Avenida _____ nº _____,
Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de
_____, e o seu **CONTADOR** o Sr.
_____, inscrito no CRC sob
n.º _____, **DECLARA** que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da
Empresa, os quais foram obtidos no balanço do último exercício social.

$$\begin{aligned} \text{ILG} &= (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{ELP}) \geq 1 & \frac{*}{*} \\ \text{ILC} &= (\text{AC}) / (\text{PC}) \geq 1 & \frac{*}{*} \\ \text{ISG} &= \text{AT} / (\text{PC} + \text{ELP}) \geq 1 & \frac{*}{*} \end{aligned}$$

.....
Local e data.

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

Carimbo, nome e assinatura do CONTADOR e CRC

Observação: **OS LICITANTES DEVERÃO DEMONSTRAR OS VALORES ENCONTRADOS PARA CADA ÍNDICE SOLICITADO ACIMA, NÃO SENDO DE RESPONSABILIDADE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OS CÁLCULOS REFERIDOS.**

MODELO Nº 09

.....timbre ou identificação do licitante.....

Tomada de Preços nº 002/2018

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA
PLENO ATENDIMENTO**

Nós da empresa através do presente, declaramos cientes do Termo de Referência (Projeto Básico) do objeto desta peça editalícia, e de que nossa proposta está de acordo com suas prerrogativas, bem como estamos com a documentação e participação em pleno atendimento com as condições do edital.

Declaramos ainda ciência que o não cumprimento do disposto na referida declaração incidirá nas Penalidades descritas no referido edital nas seções DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS e DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES.

Local e data.

Representante legal do licitante/responsável pela empresa
Carimbo da Empresa

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018.

DATA E HORÁRIO: Dia 19 de Junho de 2018 às 09:00 horas.

1. OBJETO

A presente licitação tem como objeto a **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de Empreitada Global para Recapeamento Asfáltico de vias urbanas com asfalto pré misturado à frio (PMF), com implantação de sinalização horizontal e vertical. Recursos provenientes do Governo Federal por meio da Caixa Econômica Federal de acordo com o contrato de repasse nº 1043.531-33/2017, com área total de 37.297,69m² no valor total estimado de R\$ 1.026.859,90 (um milhão vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos), com contrapartida do Município, tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais anexo.**

1.1. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

O licitante vencedor se sujeitará à observância dos prazos de garantia dos produtos e serviços pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 618 do Código Civil.

2. JUSTIFICATIVA

Esta contratação justifica-se em virtude da necessidade de realização de reestruturação da malha viária das vias urbanas bem como readequação da sinalização tanto horizontal quanto vertical para atender as necessidades urgentes da Prefeitura Municipal de Inaciolândia. Tal obra deverá trazer benefícios a população, haja vista a degradação com que as vias urbanas estão, pelo fato de haver anos sem a devida manutenção das mesmas, vindo assim a população urgentemente necessitar de tal reestruturação e concertos de tais vias por meio de seu recapeamento para proporcionar mais conforto e bem estar dos usuários.

Os projetos, memoriais descritivos e outros documentos que compõem este processo atende aos requisitos exigidos pela engenharia.

3. ESPECIFICAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	
Objeto	Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de Empreitada Global para Recapeamento Asfáltico de vias urbanas com asfalto pré misturado à frio (PMF), com implantação de sinalização horizontal e vertical. Recursos provenientes do Governo Federal por meio da Caixa Econômica Federal de acordo com o contrato de repasse nº 1043.531-33/2017, com área total de 37.297,69m², com contrapartida do Município, tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais anexo
Prazo de execução	Execução por empreitada global para recapeamento asfalto de 37.297,69m² será de 120 (cento e vinte) dias corridos , após a Ordem de Serviços.
Valor estimado	Execução de recapeamento conforme valor orçado / estimado de R\$ 1.026.859,90 (um milhão vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reais e

	noventa centavos).
Capital Social Mínimo:	Execução - no valor de R\$ 102.685,99 (cento e dois mil seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos).
Fontes de Recursos.....:	Dotação: 02.0208.26.451.0590.2026 – 449051 Fonte 123, 127 e 100 – (Secretaria de Obras)
Recurso Financeiro:	Os recursos serão provenientes de convênio com o Governo Federal com fiscalização e análise para liberação pela Caixa Econômica Federal e contrapartida Tesouro Municipal.
Garantia	Garantia de participação, no valor de 1% do valor da obra , sendo o valor de R\$ 10.268,60 (dez mil duzentos e sessenta oito reais e sessenta centavos) , em uma das modalidades descritas no capítulo específico do edital.
Exigência de atestados:	Capacitação técnico-profissional: - Comprovar em no mínimo 01 (um) atestado para a execução da obra sendo que tal atestado deva possuir execução similar com os itens de maior relevância da planilha orçamentária.

4. LOCAL E FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços no local solicitado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras Públicas, desta Prefeitura, tudo de acordo com a Declaração indicando as Avenidas.
- A **CONTRATADA** deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios, necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência, Projetos, Memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias de Estimativa de Custos e Cronogramas Físico-financeiro.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

- O prazo de execução da obra será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, após a Ordem de Serviços emitida pela **CONTRATANTE**, observando o cronograma físico-financeiro.
- Prazo esse estipulado para atender o prazo de execução e o prazo de recebimento definitivo da obra, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº. 8666/93.
- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas na Lei nº. 8.666/93.

6. FORMA DE PAGAMENTO

- Os pagamentos serão realizados de acordo com as medições aprovadas pelo Setor de Engenharia e Obras Pública da Prefeitura Municipal de Inaciolândia-GO, através da fiscalização dos serviços, realizada por engenheiro especialmente designado.
- O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados a partir da apresentação da nota fiscal que deverá indicar o número da conta corrente, agência e banco, para a emissão da respectiva ordem bancária de pagamento.
- A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia verificação da situação da **CONTRATADA** em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas

também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

- d. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão devolvidos à **CONTRATADA** para as correções necessárias, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

7. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a. A gestão financeira será exercida pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento e a fiscalização da execução da obra pelo engenheiro expressamente designado pela Prefeitura Municipal, que atuará juntamente com o gestor de contratos, aos quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato/obra e de tudo dar ciência à Administração.
- b. A fiscalização de que trata o parágrafo anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência deste, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666 de 1993.
- c. Os serviços rejeitados pela fiscalização considerados como mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o emprego de materiais aprovados pela fiscalização e com a devida mão-de-obra qualificada, em tempo hábil para que não venha a prejudicar o Cronograma global dos serviços, arcando a **CONTRATADA** com o ônus decorrente do fato.
- d. O(s) fiscal (is) do contrato anotar(á) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATADA

- a. Executar os serviços conforme especificações estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Projeto Básico e seus anexos, empregando boa técnica e materiais de primeira qualidade.
- b. Iniciar e entregar a obra dentro do(s) prazo(s) previsto(s) no Cronograma Físico-financeiro.
- c. Todas as despesas relativas à instalação e execução dos serviços, mão-de-obra, equipamentos, maquinários e ferramentas, óleos lubrificantes, combustíveis e fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, etc., bem como, providências quanto à legalização da obra perante os órgãos Municipais, Estaduais ou Federais, correrão por conta da **CONTRATADA**.
- d. Quando exigido pela legislação devido ao tipo da obra ou serviços, a **CONTRATADA** deverá obter todo e qualquer tipo de licença, inclusive ambiental, junto aos órgãos fiscalizadores e concessionárias de serviços públicos, para a execução destes serviços, bem como, após sua execução, os documentos que certifiquem que estão legalizados perante estes órgãos e concessionárias.
- e. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, em época própria, tais como: salários, cursos de reciclagem, uniformes, exames de saúde física e mental e de aptidão psicológica, seguros de acidentes, seguros de vida, auxílio-funeral, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio

- alimentação/refeição, vale-transporte, etc., quando concernente, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por lei.
- f. Recolher todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, apresentando as respectivas certidões negativas à **CONTRATANTE** para fins de liquidação dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**.
 - g. Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os empregados durante a execução dos serviços.
 - h. Não vincular o pagamento de salários e demais vantagens dos empregados aos pagamentos das faturas efetuadas pela **CONTRATANTE**.
 - i. Responder por qualquer ato doloso ou culposo causado por seus empregados ao patrimônio da **CONTRATANTE**, ou de terceiros, ainda que omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao ressarcimento.
 - j. Manter, durante toda a duração do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.
 - k. Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.
 - l. Propiciar, no local de execução da obra, os meios e as condições necessárias para que a **CONTRATANTE** possa realizar inspeções periódicas, bem como, os órgãos de controle externo de fiscalização.
 - m. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei nº. 8.666/93.
 - n. Manter “Equipe de Higiene e Segurança do Trabalho” de acordo com a legislação pertinente e aprovação da **CONTRATANTE**, bem como, fornecer todos os EPI’s (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC’s (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários à segurança de seus empregados.
 - o. Atender minuciosamente todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas pertinentes durante a execução do contrato.
 - p. Remover o entulho durante a execução e ao final de cada etapa do serviço, procedendo à limpeza adequada das áreas adjacentes às da execução dos trabalhos, especialmente as vias de circulação, de modo a não prejudicar os trabalhos realizados e o trânsito de pessoas e carros, quando for o caso.
 - q. Possuir em seu quadro permanente de funcionários, durante a execução dos serviços, pelo menos um engenheiro civil (responsável técnico devidamente cadastrado no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com capacidade técnica equivalente ou superior ao objeto contratado, bem como, possuir encarregado de serviço, que deverá permanecer no local da obra durante todas as horas de trabalho e pessoal especializado de comprovada competência.
 - r. Apresentar, no ato da assinatura do contrato, CD contendo a planilha orçamentária ganhadora e o cronograma físico-financeiro da empresa na extensão *xls*.
 - s. Apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução devidamente quitada, no ato do recebimento da ordem de serviços emitida pela **CONTRATANTE**.
 - t. Apresentar todas as medições acompanhadas de planilha orçamentária, memorial fotográfico, plantas e CD com todos os arquivos nos respectivos formatos: planilha orçamentária (*xls*), memorial fotográfico (*doc*), plantas (*dwg*).

- u. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do(s) servidor(es) da **CONTRATANTE**, encarregado(s) de acompanhar a execução do contrato prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- v. Apresentar solicitação escrita à fiscalização dos serviços, minuciosamente justificada, quando se fizer necessária, mudança nas especificações ou substituição de algum material por seu equivalente, por sua iniciativa.
- w. Identificar o empreendimento com placa segundo modelo passado pela **CONTRATANTE**, durante o período de duração da obra, devendo afixá-la no prazo de até 12 (doze) dias, contados a partir da autorização da **CONTRATANTE** para o início dos trabalhos.
- x. Demais constantes do edital.

8.2. DA CONTRATANTE

- a. Efetuar o pagamento correspondente à prestação do serviço contratado.
- b. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços entregues, verificando sempre o seu bom desempenho.
- c. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da obra.
- d. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contratado.
- e. Fornecer a qualquer tempo e com máximo de presteza, mediante solicitação escrita, informações adicionais, bem como, dirimir dúvidas e orientar a **CONTRATADA** em todos os casos omissos.
- f. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de servidor especialmente designado.
- g. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações estabelecidas para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- h. Demais constantes do edital.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

- a. Aplica-se o disposto na Lei nº. 8.666/93 e legislação vigente, no Edital e na Minuta do Contrato.

10. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

- a. Prova de registro da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA. Se a empresa licitante for inscrita ou registrada em outra região, a certidão apresentada deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA, de acordo com o Art. 69 da Lei 5.194 de 24/12/1966 e Resolução nº 413, de 27/06/1997, do CONFEA, por momento da contratação.
- b. Capacitação técnico-profissional - em razão do vulto da licitação, da complexidade estrutural e arquitetônica da obra, bem como de acordo com as exigências que a Lei nº 8.666/93 aponta, subtende-se que o licitante possui atividade moderadamente continua e assim então, deverá comprovar que possui na data da Licitação, responsável técnico, devidamente certificado pelo CREA, seja por contrato de prestação de serviços, seja por carteira de trabalho devidamente assinada, seja pelo contrato social da empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica de execução de serviços semelhantes, pertinentes e compatíveis ao objeto da presente licitação, conforme ANEXO I. A comprovação deverá se feita mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA, em nome do (s) próprio (s) profissional (ais) de nível superior.
- c. Em razão da complexidade e do vulto da obra, de acordo com os abandonos de execução de obras que vem acontecendo em várias obras públicas, além da

demonstração do índice de liquidez/estabilidade financeira da empresa, a empresa deverá apresentar comprovação de atestado técnico de capacidade com no mínimo 01 (um) atestado, com similaridade no total da licitação, execução, metragem, valores, itens da planilha orçamentária e quantitativos para comprovação de qualificação, aptidão e solidez. Conforme entendimento sedimentado no âmbito do STJ, não é ilegal a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional. (Agravado de Instrumento AI 70049976731 RS (TJ-RS)).

- d. Comprovação de aptidão de desempenho técnico da licitante, através de atestado(s) ou certidão(ões) fornecidos por pessoa de direito público ou privado, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, ou CAO, como contratado principal comprovando ter executado as quantidades semelhantes a planilha orçamentária, de acordo com os itens de maior relevância.
- e. Todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução da obra, deverão ser apresentados no canteiro de obras pela contratada, sendo a sua responsabilidade a utilização dos mesmos, juntamente com a disponibilização dos equipamentos de proteção individual.

11. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a. A empresa vencedora deverá ter infra-estrutura para o funcionamento ininterrupto dos serviços.
- b. Correrão por conta da empresa vencedora, todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: materiais, mão de obra, transporte, tributos, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços.

REGIANE FRANCELINA FERREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II

PROJETOS

Projetos; Memorial Descritivo; Memorial de Cálculo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro.

Obs.: Deverão ser retirados GRATUITAMENTE pelo site Oficial do Município:
www.inaciolandia.go.gov.br ou na sala da Comissão Permanente de Licitação devido ao grande volume de dados.

Trazer CD-R/RW, PEN-DRIVE OU HD EXTERNO

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INACIOLÂNDIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/.....

CONTRATO DE EMPREITADA Nº/.....

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO
GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA-GO. E A
EMPRESA

PREÂMBULO:

DOS CONTRATANTES

Prefeitura Municipal de Inaciolândia, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 26.923.755/0001-51, com endereço a Praça Ulysses Guimarães, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr **FRANCISCO ANTÔNIO CASTILHO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 232.085.971-34, RG nº 1.600.621 SSP/GO, residente e domiciliado na Avenida Campo Grande, n.º 20, Centro, cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa:, sediada à, inscrita no CNPJ/MF nº, neste ato representada pelo Sr:, residente e domiciliado à, portador do CPF nº, RG nº, denominada simplesmente **CONTRATADA**.

DO LOCAL E DATA

Lavrado e assinado na sede da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, aos dias do mês de de

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente adjudicação decorre da **TOMADA DE PREÇOS** nº ____/____, realizada em/...../....., na forma da Lei nº 8.666 de 21.06.93 e homologação da Prefeito Municipal, que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, regendo-o, no que for omissivo.

(CLÁUSULA PRIMEIRA)
Do Objeto do Contrato e Especificação

1.1. Constitui o objeto deste contrato a **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de Empreitada Global para Recapeamento Asfáltico de vias urbanas com asfalto pré misturado à frio (PMF), com implantação de sinalização horizontal e vertical. Recursos provenientes do Governo Federal por meio da Caixa Econômica Federal de acordo com o contrato de repasse nº 1043.531-33/2017, com área total de 37.297,69m², com contrapartida do Município, tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais anexo.**

- Parágrafo Primeiro** Faz parte integrante desse contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:
- a) O projeto base, memorial descritivo, planilha orçamentária, Proposta da **CONTRATADA**, os Termos de Adjudicação e Homologação levados a efeito pelo Prefeito Municipal;
- Parágrafo Segundo** Em caso de divergência entre as condições mencionadas na Proposta da **CONTRATADA** e as expressas neste contrato, prevalecerá as deste último.
- Parágrafo Terceiro** Os serviços e os prazos referente a este contrato iniciarão a partir do momento da emissão da Ordem de Serviço, sendo que a execução devese iniciar no prazo de até 05(cinco) dias da emissão da ordem de serviço.

(CLÁUSULA SEGUNDA)
Do Regime de Execução

2.1. Os serviços necessários discriminados na cláusula anterior deverão ser executados em Inaciolândia, e a **CONTRATADA** será responsável pelo fornecimento dos materiais e equipamentos necessários à execução da obra contratada, obedecendo rigorosamente à especificação técnica do projeto, memorial descritivo inclusive o transporte deste até o local da obra.

- Parágrafo Primeiro** A contratada deverá, inicialmente, afixar no canteiro de serviços placas alusivas às obras, com dimensões, dizeres e símbolos a serem determinados pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia.
- Parágrafo Segundo** A contratada se obriga a executar as obras empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade, obedecendo, rigorosamente, aos projetos de engenharia que lhe forem fornecidos pela Contratante e às modificações propostas e aprovadas pela Contratante durante a execução dos serviços.
- Parágrafo Terceiro** Poderá a Contratante, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para o mesmo caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as normas, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do art. 69, da Lei nº 8.666/93.
- Parágrafo Quarto** Nenhuma alteração ou modificação de forma, qualidade ou quantidade dos serviços, poderá ser feita pela Contratada, podendo, entretanto, a Contratante determinar as modificações tecnicamente recomendáveis, desde que justificadas e correspondentes a um dos itens abaixo:
- a) Aumento ou diminuição da quantidade de qualquer trabalho previsto no contrato;

- b) Alteração dos níveis, alinhamentos de posição e dimensões de qualquer parte desses trabalhos;
- c) Suspensão da natureza de tais trabalhos;
- d) Execução de trabalho adicional, de qualquer espécie, indispensável à conclusão dos serviços contratados;
- Parágrafo Quinto** Qualquer alteração, modificação, acréscimos ou reduções que impliquem alteração do projeto da obra, deverão ser justificados e autorizados, sempre por escrito, pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia.
- Parágrafo Sexto** Ao término dos serviços deverá ser procedido à limpeza do canteiro da obra.

(CLÁUSULA TERCEIRA)
Da Vistoria da Execução

3.1. A **CONTRATANTE** procederá à vistoria dos serviços executados pelo seu Departamento de Engenharia a qualquer tempo principalmente quanto ao pagamento das medições, sendo de responsabilidade a vistoria, constatação de regularidade na execução dos serviços e emissão de autorização para pagamento deste Departamento de Engenharia por meio de seu engenheiro.

(CLÁUSULA QUARTA)
Do Valor do Contrato

4.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela obra e serviços contratados e efetivamente executados, mencionados na Cláusula Primeira deste contrato, o preço global estimado de **R\$ (.....)**.

- Parágrafo Primeiro** Fica expressamente estabelecido que no preço global citado nesta cláusula estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos e benefícios da **CONTRATADA**, requeridos para a execução das obras e serviços previstos na Cláusula Segunda deste contrato, tudo em consonância com as especificações e demais documentos do processo administrativo e com a Proposta da **CONTRATADA**.
- Parágrafo Segundo** Nos preços relacionados na Planilha de Quantitativos e Preços estão inclusas, ainda, as taxas do BDI e encargos sociais para a execução das obras e serviços.
- Parágrafo Terceiro** Os serviços poderão ser acrescidos ou suprimidos, a critério da **CONTRATANTE**, nas mesmas condições contratuais, nos limites estabelecidos pelo art. 65, da Lei 8666/93, sempre precedido da indispensável justificativa técnica, e respeitando o limite do valor de contratação para contrato de dispensa de licitação.
- Parágrafo Quarto** As alterações de serviços serão efetivadas através do competente Termo Aditivo após apresentação da proposta para realização das alterações, obedecendo aos seguintes critérios:
- a) Os serviços, cujos preços constarem da proposta inicial, inclusive o BDI, serão acertados pelos seus valores históricos.
- I. Para efeito de reajustamento, a periodicidade obedecerá à data base correspondente à data de apresentação da proposta por época de abertura da licitação.

- b) Os serviços, cujos preços não constarem da proposta primitiva, serão acertados com base em nova proposta ficando o seu valor global limitado ao valor do custo orçado pela **CONTRATANTE** para os mesmos serviços, calculado através da Tabela de Preços vigente nesta época, adotando-se o BDI real obtido através do resultado da divisão entre o valor da proposta segundo a qual a **CONTRATADA** sagrou-se vencedora do certame e o custo orçado pela **CONTRATANTE**, baseado na Tabela vigente na época de abertura da licitação.
- I. Para efeito de reajustamento, a periodicidade terá como data base a data de apresentação da proposta com o pedido do termo aditivo de reajustamento.

(CLÁUSULA QUINTA)
Do Pagamento

5.1. O pagamento do valor estabelecido na cláusula anterior será efetuado de acordo com o Boletim de Medição, Laudo do Departamento de Engenharia, Nota Fiscal, sob o acompanhamento do Departamento de Engenharia e o atesto, em até, no máximo em 30 dias da apresentação da respectiva Nota Fiscal.

- Parágrafo Primeiro** Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária efetuado pela Tesouraria Geral da **CONTRATANTE**, em Inaciolândia-Go.
- Parágrafo Segundo** Os serviços relacionados na Planilha de Quantitativos e Preços, apresentada pela Contratada, serão pagos após medições parciais, mensais e finais. Os quantitativos desses serviços constantes da planilha supracitada serão considerados apenas como estimativos, prevalecendo às quantidades efetivamente apuradas.
- Parágrafo Terceiro** A **CONTRATANTE** somente pagará à **CONTRATADA** as notas fiscais vinculadas às medições de serviços efetivamente executados, conforme critérios de medição, e aos preços unitários constantes deste contrato.
- Parágrafo Quarto** As notas fiscais relativas às medições de serviços serão obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição, que deverão conter o visto e a aprovação da fiscalização da **CONTRATANTE**;
- Parágrafo Quinto** O faturamento deverá ser apresentado com os documentos conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:
- a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com a medição efetuada, número do Processo Administrativo e nº do Ato Dispensa de licitação, número do Contrato de Empreitada e outros dados que julgar convenientes, sem rasuras e/ou entrelinhas;
 - b) atestado de medição e aceitação dos serviços concluídos, emitidos pela fiscalização da **CONTRATANTE**, **aos quais serão pagos de acordo e somente com a conclusão de cada etapa, como por exemplo, a conclusão da etapa de primação da rua “tal” em sua totalidade, aplicação do pó de brita da rua “tal”, e assim por diante;**
 - c) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social-GRPS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticada

em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a obra;

- d) cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a obra;
- e) Se a contratada for optante pelo **SIMPLES** - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte deverá apresentar as cópias do Termo de Opção, do DARF-SIMPLES e da GPS com o número do CEI da obra.
- f) a liberação da primeira parcela fica ainda condicionada à quitação junto ao:
 - I. CREA/ESTADO DE GOIÁS, através da ART;
 - II. INSS, através de matrícula da obra; e
 - III. FGTS/CAIXA, através do CRS.

Parágrafo Sexto Na hipótese da contratada não cumprir o disposto em “c”, “d”, “e” e “f”, ou for apurada alguma divergência nos documentos apresentados, a Prefeitura Municipal de Inaciolândia reterá o percentual de **11%** (onze por cento) sobre o valor dos serviços constante da nota fiscal, de acordo com o art. 31 da Lei nº 9.711, de 20.11.98.

Parágrafo Sétimo Para o pagamento da 1ª fatura, a contratada deverá, além dos documentos enumerados anteriormente, apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (**ARTs**) referentes aos serviços contratados.

Parágrafo Oitavo Não haverá pagamento, sob qualquer alegação ou pretexto, de equipamento ou de pessoal paralisado.

Parágrafo Nono A **CONTRATANTE** não efetuará adiantamentos financeiros relativos a serviços e/ou obras objeto deste contrato, executado parcialmente ou a executar.

(CLÁUSULA SEXTA) **Dos Reajustamento**

6.1. A parcela dos preços contratuais em moeda corrente brasileira poderá ser reajustável com periodicidade anual de 12 meses, tomando-se por base a data de apresentação das propostas.

Parágrafo Primeiro Após o prazo previsto no *caput* desta cláusula, as parcelas remanescentes serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção (INCC) – Obras Civas, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor de reajustamento

I₁ = Índice do 12º mês após a apresentação das propostas

I₀ = Índice do mês de apresentação das propostas

V = Valor das obras e/ou serviços realizados a preços iniciais

- a) caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

Parágrafo Segundo Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados, no prazo contratual das obras e/ou serviços.

Parágrafo Terceiro As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alterada, caso ocorra à superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

(CLÁUSULA SÉTIMA)
Dos Recursos Financeiros

7.1. A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recursos das seguintes dotações orçamentária, do vigente orçamento: _____.

(CLÁUSULA OITAVA)
Do Prazo e da Vigência

8.1. O prazo para execução da obra será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo este prazo ser prorrogado segundo entendimento das partes.

Parágrafo Primeiro As condições de aceitação das obras e serviços deverão estar de acordo com o projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, juntamente com a devida fiscalização do Engenheiro Fiscal da obra.

Parágrafo Segundo A concessão de prorrogação de prazo dependerá de prévia solicitação da **CONTRATADA**, por escrito, até 10 (dez) dias antes de se esgotarem os prazos estabelecidos.

Parágrafo Terceiro Enquanto a **CONTRATANTE** não se pronunciar, por escrito, a **CONTRATADA** deverá considerar em vigor o prazo. A prorrogação, quando admitida, se processará mediante termo aditivo, precedido de indispensável justificativa técnica.

Parágrafo Quarto Não será considerado como inadimplemento contratual os atrasos provocados por motivos de comprovada força maior, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento e aceitos pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto A fiscalização da **CONTRATANTE**, ao considerar as obras e/ou serviços parcial ou totalmente concluídos, executará as seguintes atividades:

- a) Verificará a compatibilidade das obras e serviços com o disposto neste contrato;
- b) Determinará à **CONTRATADA** a correção de quaisquer defeitos ou imperfeições constatados;
- c) Proporá sua aceitação provisória ou definitiva e a liberação das respectivas medições; e,
- d) Providenciará a elaboração do termo de recebimento, provisório ou definitivo, conforme o caso.

Parágrafo Sexto Para recebimento definitivo, a **CONTRATADA** deverá apresentar um original e 03 (três) cópias do cadastro geral das obras executadas,

- compreendendo plantas e memoriais descritivos e de cálculos, nos quais constará minuciosa discriminação de todos os serviços executados.
- Parágrafo Sétimo** Aceita as obras e os serviços, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsistirá, na forma da lei.
- Parágrafo Oitava** O presente contrato poderá ser sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

(CLÁUSULA NONA)
Da Alteração do Contrato

- 9.1.** O presente contrato poderá ser alterado:
- 9.1.1.** Unilateralmente, pelo Município, quando: “for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento)”.
- 9.1.2.** Por acordo entre as partes, quando:
- a) For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;
 - b) For necessária a modificação do regime de entrega;
 - c) For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;
 - d) Por motivos de força maior.

(CLÁUSULA DÉCIMA)
Das Sanções

- 10.1.** Pela inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento, a vencedora ficará sujeita às seguintes sanções a juízo da Administração, garantido o contraditório e a ampla defesa:
- a) Advertência;
 - b) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, ultrapassado a data de prestação de serviço;
 - c) Suspensão do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE em função da natureza e da gravidade da falta cometida, sendo:
 - i. Por 06(seis) meses -quando a contratada incidir em atraso na prestação de serviço que lhe tenham sido adjudicados, através de licitação, ou recusar, injustificadamente, assinar o contrato ou recusar a cumprir com a proposta apresentada no processo licitatório.
 - ii. Por 01(um) ano - quando a contratada prestar os serviços item(s)/serviços(s) de qualidade inferior ou diferente das especificações contidas no contrato.
 - iii. Por até 02(dois) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos à CONTRATANTE.
- 10.2.** A multa de que trata o item 23.1.b, não exime a reparação de danos, nem impede a aplicação de outras sanções legais previstas.
- 10.3.** As multas aplicadas nos termos destas cláusulas serão em primeiro lugar descontadas dos créditos da Contratada, e, não havendo créditos, serão pagas na Tesouraria do Município, em 10 (dez) dias.
- 10.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE, considerando para tanto, reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade, bem como, por descato a servidor da CONTRATANTE.

10.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

10.6. Sem prejuízo das sanções previstas decorrentes de processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos de improbidade administrativa previstas na Lei n. 8429/92 e atos ilícitos alcançados pela Lei 8666/93, poderão ser aplicadas as sanções previstas pela Lei Federal n. 12.846/2013 às pessoas jurídicas que praticarem atos lesivos contra a administração pública definidos em seu Art. 5º.

10.7. Caso o vencedor da licitação, obtendo a adjudicação e a homologação, vindo assim a assinar o respectivo contrato, o mesmo deverá entregar junto com o envelope de habilitação, Termo de Aceitação de Penalidade - Multa por Serviços prestados Fora do Prazo (Anexo XIII), assumindo assim a responsabilização da prestação dos serviços aqui licitados dentro do prazo descrito no item 14.3, sob pena de multa de 10% do valor da requisição/solicitação feita pela administração pública, além das demais sanções acima descritas.

(CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA)

Da Rescisão

11.1. Este contrato poderá ser rescindido, a qualquer momento, por inadimplência de qualquer das partes contratantes, recebendo a **CONTRATADA** o valor dos serviços necessários efetivamente entregues até a data da rescisão, ou em virtude de ocorrência de algum dos motivos elencados no art. 77 à 80 da Lei n.º 8666/93, inclusive sem direito a indenizações e rescindindo de forma unilateral.

Parágrafo Primeiro

A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de rescindir ou revogar no todo ou em parte, de pleno direito, este contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos, bem como de obrigações previstas na legislação que rege o presente;
- b) A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura Municipal de Inaciolândia;
- c) A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão, sub-rogação ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da contratante;
- d) Manifesta irresponsabilidade por parte da **CONTRATADA** de cumprir com as obrigações assumidas;
- e) Procedimento irregular da **CONTRATADA**, que venha causar transtornos ou prejuízos para a Prefeitura Municipal de Inaciolândia e/ou terceiros.
- f) Falência, concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;
- g) Atraso e/ou interrupção, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, superior a 30 (trinta) dias corridos, com relação ao prazo total para a conclusão das obras e/ou serviços;
- h) O não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à **CONTRATADA**;
- i) Descumprimento, pela **CONTRATADA**, das determinações da fiscalização da **CONTRATANTE**;

- j) Inobservância dos projetos e especificações e/ou normas técnicas aprovadas pela **CONTRATANTE**;
- k) Caução ou utilização deste contrato, para qualquer operação financeira sem a prévia autorização da **CONTRATANTE**;
- l) Outros, conforme previsto no art. 78, da Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas últimas modificações.

Parágrafo Segundo

A rescisão do contrato ocorrerá unilateralmente por interesse da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, e ou fundamentada no artigo 78 da lei 8.666/93, o que acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
- b) Responsabilização da **CONTRATADA** por prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Inaciolândia.

Parágrafo Terceiro

No caso de rescisão por parte da **CONTRATADA** deverá esta notificar à Prefeitura Municipal de Inaciolândia num prazo não superior a 60 (sessenta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter concordância da Prefeitura.

Parágrafo Quarto

O contrato poderá também ser rescindido por mútuo acordo, desde que haja interesse público e conveniência para a Administração, ficando assegurado à contratada o pagamento do valor dos serviços executados até a data da rescisão.

Parágrafo Quinto

A rescisão poderá ocorrer também de forma unilateral de acordo com o interesse e necessidade pública, nos moldes destes aqui ali elencados, sem direito a indenização.

Parágrafo Sexto

Declarada a rescisão, seja amigável ou judicial, será elaborada num prazo de 10 (dez) dias um inventário relacionando tudo o que estiver no canteiro de obras, indicando seus respectivos proprietários, o qual servirá de base para os possíveis ajustes na liquidação dos interesses das partes contratantes.

(CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA)

Da Suspensão das Obras

12.1. A **CONTRATANTE** poderá, em qualquer ocasião, desde que com pré-aviso de 30 (trinta) dias, suspender temporariamente, no todo ou em parte, as obras contratadas. Neste caso, serão acordados novos prazos para a retomada das obras e estudadas as implicações, decorrentes desta interrupção.

Parágrafo único

Se a suspensão das obras vier a impor-se como definitiva, este contrato será rescindida, na forma estabelecida na cláusula nona.

(CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA)

Das Falhas ou Omissões das Especificações

13.1. Quaisquer requisitos indicados nos desenhos, e que não constem das especificações, ou vice-versa, ou não indicados em ambos, porém necessários ao cumprimento da finalidade deste contrato, deverão ser cumpridos pela **CONTRATADA** tal como se houvessem sido estipulados e indicados tanto nos desenhos quanto nas especificações.

(CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA)

Da Multa

14.1. Caso a **CONTRATADA** não cumpra as condições de execução declarada em sua Proposta aprovada pela **CONTRATANTE**, ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo da ação civil e criminal que couber, e garantido ainda a prévia defesa:

- Parágrafo Primeiro** Multas pecuniárias por atraso injustificado na execução da obra :
- a)** multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor contratual:
 - I.** Por dia de atraso no início da execução dos serviços;
 - II.** Por dia consecutivo que exceder a data prevista para conclusão das obras;
 - III.** Por dia consecutivo de atraso na colocação da placa da obra;
- Parágrafo Segundo** Multa de 1% (um por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a contratada infringir quaisquer das demais obrigações contratuais que não gere inexecução do contrato;
- Parágrafo Terceiro** pela inexecução total ou parcial do contrato: além da aplicação das multas previstas anteriormente, poderá a Prefeitura Municipal de Inaciolândia, garantida prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo, aplicarmos, à contratada, as seguintes penalidades:
- a)** Advertência por escrito;
 - b)** Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
 - c)** Suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Inaciolândia por até 2 (dois) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos à Prefeitura Municipal de Inaciolândia
- Parágrafo Quarto** As multas e demais penalidades, aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis ou de processo administrativo.
- Parágrafo Quinto** A multa será cobrada pela contratante de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas.

(CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA)

Das Responsabilidades da Contratante

15.1. A **CONTRATANTE** deverá prestar à **CONTRATADA** todas as informações julgadas necessárias, quando solicitadas por escrito, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, sendo de total responsabilidade, toda a execução e garantia de qualidade da obra, bem com em prejuízos que possam causar a terceiros, bem como responsabilização trabalhista ou criminal que incidam sobre a referida obra.

(CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA)

Das Responsabilidades da Contratada

16.1. É obrigação de a **CONTRATADA** executar a obra e os serviços, obedecendo às especificações, itens, subitens, elementos, projetos, desenhos, detalhes, instruções fornecidas pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia e condições gerais e específicas do Processo Administrativo 2018004435.

- Parágrafo Primeiro** Constitui obrigações de a **CONTRATADA** providenciar as instalações de canteiro, as instalações provisórias de energia elétrica, de água, esgotos e de comunicação necessárias à execução das obras, bem como os testes dos equipamentos por ela instalados.
- Parágrafo Segundo** A **CONTRATADA** deverá instalar manter e operar o canteiro de obras, procederem à desmontagem de todas as construções provisórias ao final das obras e/ou serviços e entregá-las a **CONTRATANTE**, bem como executar a limpeza e remoção de todo o material que esta julgar indesejável.
- Parágrafo Terceiro** A **CONTRATADA** se obriga a reforçar o seu parque de equipamentos, quando necessária para recuperação de atraso existente, ou quando constatada a sua inadequação, e, ainda, a substituí-lo por defeitos ou más condições de operações, não importando tais procedimentos em ônus para a **CONTRATANTE**.
- Parágrafo Quarto** Eventuais anormalidades que a **CONTRATADA** apure terem ocorrido no projeto, na execução das obras e/ou serviços e que possam comprometer a sua qualidade, deverão ser comunicadas por escrito à **CONTRATANTE**, sem prejuízo de sua responsabilidade.
- Parágrafo Quinto** Nenhuma alteração das especificações de materiais e/ou serviços poderá ser feita sem a prévia aprovação, por escrito, da **CONTRATANTE**.
- Parágrafo Sexto** A **CONTRATADA** responderá, obrigatoriamente, entre outros, por todos os encargos referentes a direitos autorais sobre projetos, desenhos, processos construtivos e patentes sujeitas a "royalties" ou outros encargos semelhantes, por ela usados durante o desenvolvimento dos trabalhos.
- Parágrafo Sétimo** O pessoal alocado pela **CONTRATADA** para prover os seus serviços deverá ser adequado e capacitado, em todos os níveis de trabalho.
- Parágrafo Oitavo** A **CONTRATADA**, como única empregadora do seu pessoal, se compromete a segurá-lo contra riscos de acidentes de trabalho e a observar rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas e de previdência ou correlatas, em vigor no país, sendo a única responsável pelas infrações que o seu pessoal cometer.
- Parágrafo Nono** A **CONTRATADA** se obriga, também, a:
- a) Providenciar a instalação de placas exigidas por lei, alusivas ao responsável técnico, e nas demais placas porventura exigidas, fazer constar o nome das entidades co-financiadoras da obra;
 - b) Executar todas as obras com as devidas precauções, objetivando evitar danos a terceiros, bem como à obra e serviços em execução;
 - c) A **CONTRATADA** deverá ter no seu quadro de pessoal, no mínimo, um técnico de segurança do trabalho, para que fiscalize e faça cumprir, diariamente, o que dispõe a Lei Federal nº 6.514/77, NR-4, inclusive o Quadro 2;
 - d) Fica reservado à **CONTRATANTE** o direito de embargar e interditar a obra/serviços, caso a **CONTRATADA** descumpra as exigências contidas na Lei federal nº 6.514/77, ficando esta sujeita às multas provenientes de quaisquer autuações, sendo a **CONTRATADA** a única responsável civil e penalmente pelo descumprimento de tais normas.

- e) Manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Fazer obedecer às exigências do item 16. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, deste processo administrativo.

Parágrafo Décimo

A **CONTRATADA** se compromete a ressarcir os danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** e às pessoas e bens de terceiros, ainda que ocasionados por ação ou omissão do seu pessoal ou de prepostos.

Parágrafo Décimo Primeiro

Cabe exclusivamente à **CONTRATADA** responsabilizar-se, civil e tecnicamente, pelas obras e serviços decorrentes deste contrato, perante a **CONTRATANTE** e a terceiros, abrangendo erros, omissões, negligência, imperícia e imprudência cometidos por seus empregados e/ou prepostos, na forma do que dispõe o Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Décimo Segundo

Caberá ainda à **CONTRATADA** o fornecimento e a manutenção de um Diário de Obras, permanentemente disponível e atualizado, no local, para lançamento. Serão obrigatórios, dentre outros, os seguintes registros:

- a) **PELA CONTRATADA**: condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos, falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência, consultas à fiscalização da **CONTRATANTE**, datas de conclusão das etapas caracterizadas no cronograma aprovado, acidentes ocorridos, respostas às interpelações da fiscalização, eventual escassez de material que dificulte a execução das obras e serviços etc.;
- b) **PELA FISCALIZAÇÃO**: juízo formado sobre o andamento das obras e serviços, tudo em função do cumprimento do projeto, especificações e prazos, observações sobre os lançamentos da **CONTRATADA**, solução às suas consultas, restrições que lhes pareçam cabíveis quanto ao andamento das obras e o desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e equipes, etc.

(CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA)

Da Subcontratação, Cessão Ou Transferência Do Contrato

17.1. O critério exclusivo e mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, poderá a Contratada durante a execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes dos serviços, devendo no caso, os ajustes de subcontratações serem aprovados pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia, nos moldes do edital. A Contratada, entretanto, será responsável perante a Prefeitura pelos serviços dos subcontratados, podendo, no caso de culpa destes, rescindir os respectivos ajustes.

(CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA)

Dos Tributos

18.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas ou encargos legais), de comprovada repercussão nos preços ora contratados, impossibilitando a execução deste contrato, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo.

(CLÁUSULA DÉCIMA NONA)
Das Questões Diversas

- 19.1.** O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei 8666/93, de 21/06/93 e suas posteriores modificações;
- 19.2.** A CONTRATADA reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Processo Administrativo nº 2018004435.
- 19.3.** A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 19.4.** A CONTRATADA se obriga a executar os serviços necessários na forma da proposta aqui contratada, observando fielmente o qualitativo e o valor das requisições;
- 19.5.** A CONTRATADA se obriga a ter a pronta entrega os serviços necessários solicitados;
- 19.6.** A CONTRATADA se obriga a apresentar as faturas preenchidas de forma correta e em valores correspondentes às requisições, em tempo de serem processadas;
- 19.7.** A CONTRATADA se obriga a atender de imediato a empreitada aqui contratada e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento.
- 19.8.** A CONTRATANTE poderá, em qualquer ocasião, desde que com pré-aviso de 30 (trinta) dias, suspender temporariamente, no todo ou em parte, as obras contratadas. Neste caso, serão acordados novos prazos para a retomada das obras e estudadas as implicações, decorrentes desta interrupção.

(CLÁUSULA VIGÉSIMA)
Dos Casos Omissos

- 20.1.** Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 8.666, de 21 de Agosto de 1993 e alterações posteriores.

(CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA)
Do Foro

- 21.1.** A interpretação e aplicação dos termos deste contrato serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste contrato, constituindo assim o FORO de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 21.2.** Aplicam-se a este contrato como se expressos fossem todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.

Inaciolândia, (GO), _____

Prefeitura Municipal de Inaciolândia
FRANCISCO ANTONIO CASTILHO
Prefeito Municipal
Contratante

Empresa _____
Responsável: _____

Contratada

Testemunha 1º: _____
CPF: _____
2º: _____
CPF: _____

PUBLICADO
PLACARD

Prefeitura de Inaciolândia

Em ____/____/____

Secretario de Administração

RECIBO DE CAUÇÃO

Tomada de Preços nº 002/2018

Objeto: Execução dos serviços para contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de Empreitada Global para Recapeamento Asfáltico de vias urbanas com asfalto pré misturado à frio (PMF), com implantação de sinalização horizontal e vertical. Recursos provenientes do Governo Federal por meio da Caixa Econômica Federal de acordo com o contrato de repasse nº 1043.531-33/2017, com área total de 37.297,69m², com contrapartida do Município, tudo de acordo com os Projetos, Planilhas e Memoriais anexo.

Recebemos da empresa _____, CNPJ nº _____, por meio da apólice de seguro garantia (ou outro meio do edital) nº _____, seguradora _____, Código _____, CNPJ nº _____, no valor de **R\$** _____ (**Reais**), referente à Tomada de Preços acima mencionada.

Inaciolândia-GO, aos 28 dias do mês de Maio de 2018.

REGIANE FRANCELINA FERREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação